

**MUNICÍPIO DE TONDELA****REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA  
NO DIA 28 DE JUNHO DE 2023****MEMBROS PRESENTES:**

António Egrejas Leitão Amaro  
Felisberto Henriques Figueiredo Marques  
Rui Alberto Nunes dos Santos  
Andreia Sofia Neves de Sousa  
Alfredo de Jesus Cabral  
Sérgio de Sousa Rodrigues  
Marta Franco Coimbra Marques  
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte  
Amândio José Ferreira Loureiro  
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos  
José António Coimbra de Matos  
Carlos Manuel Antunes Amaral  
Maria da Conceição Ribeiro Gomes  
Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão  
Nelson Pereira Martins  
Maria Cristina Marques Ferreira Simões  
Sandra Monteiro Lourenço  
Marta Daniela Silva Antunes  
João Paulo Pacheco Loureiro  
Fernando Santos da Silva  
Gonçalo Manuel da Silva Pereira  
Ana Maria Marques Tavares de Leão  
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira

Ricardo Jorge Silva Loureiro  
Fernando da Silva Figueiredo  
Ana Maria Rodrigues Duarte  
José António Oliveira Dias  
Sandra Almeida dos Santos  
Júlio Pacheco Gomes  
Carlos José Loureiro Coimbra  
José Hélder Viegas Alves  
Mário Barreira Simões  
Vitor Manuel Rodrigues Mota  
Paulo Jorge Correia Bizarro  
Paulo Sérgio dos Santos Dinis  
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos  
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

**MEMBROS QUE FALTARAM:**

Maria Helena de Campos Coimbra  
António de Almeida Dias  
Martinho de Loureiro Rodrigues

Aos vinte e oito dias do mês de junho, reuniu em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, na sede da União de Freguesias de São do Monte e Mosteirinho, pelas onze horas, sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro.

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, os senhores: Teresa Mafalda Felgar Albuquerque, Ana Rita Laranjeira, Miguel Ângelo Gonçalves e Rui Filipe Figueiredo, em substituição dos membros: Andreia Sousa, Marta Antunes, Alfredo Cabral e Nelson Martins.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foi entregue na mesa, da parte da senhora presidente da junta de freguesia de Lobão da Beira, uma delegação de competência de representação na pessoa do senhor Mário Óscar de Moura Coutinho, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, constatou-se a falta dos seguintes membros: Helena Coimbra, António Dias e Martinho Rodrigues, que justificaram as faltas, pelo que foram consideradas relevadas.

O senhor presidente da Mesa agradeceu a receção ao senhor presidente da união de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho a receção

O senhor presidente, da União de Freguesias de São do Monte e Mosteirinho saudou todos os presentes e desejou as boas vindas a todos os presentes. Referenciou o benefício da realização das assembleias descentralizadas, por forma a estar mais próximo das populações. Agradeceu, de seguida, o senhor presidente da assembleia municipal por ter dado, em assembleias anteriores, mais tempo de intervenção ao público presente, do que o previsto no regimento.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de abril;**

Não houve intervenções, colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão ordinária de 28 de abril.

#### **1.2. Leitura de expediente;**

Foram presentes: relatórios de atividades e financeiro, enviado pela senhora presidente da Câmara; newsletters e livro “Território” da Associação Nacional de Assembleias Municipais; relatório de execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; Ofícios, do gabinete do senhor Primeiro-Ministro e do gabinete do senhor Presidente da Assembleia da República a acusar a receção da Moção “ Criação de um regime de IRS mais favorável e aplicável aos trabalhadores e profissionais residentes nos territórios de baixa densidade populacional”; livro “Municípios e Saúde”; jornais “Associação” e “Voz das Misericórdias”.

### **1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia**

O membro Marta Marques iniciou o ponto, agradecendo a amável receção do senhor presidente da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. De seguida, abordou a calamidade vivida no Canada, devastado fazendo lembrar o vivido no ano de 2017, em Portugal. Referiu que para além da devastação do país, afetaram a qualidade do ar dos Estados Unidos e obrigaram à evacuação de milhares de pessoas, prevendo-se que pode ser a pior temporada de incêndios naquele país. De acordo com as previsões metrológicas, em Portugal, denota-se a existência de partículas de fumo, que causam o céu escurecido, afetando igualmente a Europa.

Referiu que existe uma conexão entre as alterações climáticas e o número e a gravidade de incêndios florestais em todo o mundo. Disse que algumas mudanças, tais como secas, chuvas extremas, incêndios, estão a ocorrer muito mais rápido do que os cientistas avaliaram. Referiu que na realidade nunca antes foi verificado as mudanças ora observadas no clima global, sendo algumas delas irreversíveis. Reforçou que é necessário agir. Referiu procedimentos a efetuar de modo a mitigar alterações climáticas: divulgação por todos da necessidade de redução do carbono; manter a pressão política, assim como aos empresários de redução da poluição; mudança de meio de transporte; plantação de alguns tipos de árvores. Anexo 1

De seguida o membro Carlos Amaral iniciou a sua intervenção agradecendo e desejando as boas-vindas, a todos, por estarem na União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. Continuou elencando dificuldades e realidades sentidas ao longo dos tempos, pelas populações serranas. Referiu as dificuldades no socorro e no combate a incêndios, na serra do Caramulo.

De seguida apresentou uma moção, que se transcreve:

“Considerando que a ER 230 é uma infraestrutura viária estrutural para este território e concelhos limítrofes.

Sabendo que esta via é da competência das Infraestruturas de Portugal IP, cuja missão passa por análises, auditorias e inspeções permanentes, identificando situações de risco, manutenção e melhoria das suas condições de circulação para todos que a utilizam.

Considerando que esta via tem hoje um intenso tráfego ao longo do seu traçado e que vem sendo palco de inúmeros acidentes, alguns deles fatais.

Considerando que a ER 230 tem um défice enorme de sinalização vertical e horizontal, bem como apresenta “pontos negros” de fruição viária em alguns sítios.

Perante o exposto, urge sensibilizar e exigir às Infraestruturas de Portugal IP e à tutela uma intervenção urgente neste eixo viário, sob pena de se agudizar severamente a sinistralidade grave nesta cidade.”

O membro Amândio Loureiro saudou todos os presentes, em especial o presidente de junta da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. De seguida, sugeriu que nas assembleias descentralizadas fosse agendado um ponto sobre a freguesia, de modo a serem jornadas de trabalho e de auscultação das populações e dos seus representantes. Anexo 2

O senhor presidente da Mesa referiu que em conversa com a senhora presidente da Câmara foi abordada a possibilidade de nas assembleias descentralizadas serem enfatizadas assuntos locais, que poderiam ser interligados com a participação do público. Deste modo, sugeriu aos partidos políticos que no ponto “Outros Assuntos de Interesse para o Concelho” fossem efetuadas intervenções específicas sobre o território, permitindo que o público pudesse intervir no ponto seguinte.

O membro Paulo Roberto Carvalho agradeceu a receção da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho.

Continuou questionando a senhora presidente da Câmara sobre o ponto de situação nas diferentes USF's do concelho e respetivas extensões de saúde. Perguntou, igualmente: se já foram colocadas novos médicos nas unidades de saúde do concelho; se das 17 vagas atribuídas à região do Aces Dão Lafões, quantas serão afetas ao concelho de Tondela; se o rácio de distribuição tem em linha de conta a dimensão populacional ou se são outros os critérios; se há falta de assistentes e técnicos operacionais; qual o ponto

de situação na extensão de Lajeosa do Dão; se há evolução na descentralização de competência na área da saúde.

Por fim, e atendendo que as obras de requalificação do IP3 têm sido adiadas, questionou a senhora presidente se tem conhecimento de quando irá iniciar-se a empreitada Viseu – Santa Comba Dão e se há previsão da conclusão dos trabalhos.

#### Anexo 3

O membro Rui Santos referiu, relativamente à ER 230, que entendem que compete aos deputados da Assembleia da República interceder, junto das entidades da administração central. Deste modo, efetuaram uma visita local com os senhores deputados do PS eleitos pelo círculo de Viseu, para seguidamente, junto do Ministério das Infraestruturas, questionarem as quais as soluções para aquela estrada. Referiu que tem conhecimento que foram efetuadas diligências, pelos presidentes de câmara de Carregal do Sal e Tondela, estando no momento a serem executadas pavimentações. Disse que iria votar favoravelmente a moção, bem que entenda que a mesma seja tardia, não vendo necessidade de tal.

A senhora presidente da Câmara respondeu que têm vindo a trabalhar com o senhor chefe de gabinete do senhor ministro da saúde e com responsáveis do ACES Dão Lafões, por forma a melhorar das condições os serviços da saúde, para as populações. Informou que o ACES Dão Lafões identificou a necessidade de 21 médicos para a região, sendo 3 para o concelho de Tondela, de modo a suprir as necessidades dos utentes que estão inscritos e não têm médico de família. Lembrou que há pessoas que não se encontra inscritos nos centros de saúde, pelo que a questão foi colocada para reflexão das entidades responsáveis. Disse que de acordo com a informação que tem, dos 3 médicos necessários, foram colocados 2 médicos, espera que a vaga que falta preencher seja preenchida rapidamente. Informou que está a ser trabalhado com a tutela o processo de transferência de competência da saúde. Reforçou que falar a saúde que a mesma deve ser vista na sua plenitude, nas necessidades de pessoal e dos investimentos, e não unicamente na transferência de competências. Deste modo, disse estar previsto um reforço das dotações orçamentais para as candidaturas que foram elaboradas e que permitirá a conclusão das obras do pólo do Caramulo e da USF de Tondela. Informou que reuniu com os responsáveis da USF de Tondela para discutir o projeto, de modo a operacionalizar o início da obra. Relativamente à extensão de saúde de Lajeosa do Dão, disse que teve conhecimento que aquela unidade estaria encerrada por força de necessidade de um assistente técnico, pelo facto do mesmo estar doente. Após contactos

com as várias entidades responsáveis, informou que manifestaram preocupação e total disponibilidade em colocar um recurso humano do município, algo que no entender do responsável da unidade não era necessidade pois implicaria formação, algo que no seu entender não é compreensível essa recusa. Contudo, espera que brevemente a situação fique resolvida.

Relativamente à ER230, disse que há muito que é preocupação do município, por isso há muito tem havido contactos com as Infraestruturas de Portugal. Referiu que houve uma visita de trabalho àquela estrada com responsáveis da IP, tendo o município manifestado as suas preocupações e a sua visão sobre a necessidade e tipologia de intervenção, que entende dever ser feita em dois momentos. Disse que de imediato deve haver a reavaliação rodoviária, com a pintura e sinalização vertical e uma segunda intervenção, na qual deve ser feita uma motorização para verificação se a intervenção inicial trará benefícios ou não, para o caso de não trazer serem efetuadas novas medidas de segurança. Informou que foi demonstrada a preocupação em alguns cruzamentos, nomeadamente no de Mouraz e dos que antecedem. A informação dada pela IP era que iriam iniciar os trabalhos de pavimentação, para seguidamente ocorrer os trabalhos de sinalização, que recentemente foi dada a conhecer.

O senhor presidente da assembleia referiu que é de salutar que os vários partidos tenham iniciativas, quer seja com moções, visita de deputados da Assembleia da República, ou outras, de forma a pressionar na defesa de preocupações nas várias áreas, de interesse regional.

Colocada à votação a moção, apresentada pelo membro Carlos Amaral, foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

### **Período da Ordem do Dia**

**2.1 Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**

A senhora presidente da câmara iniciou a intervenção com uma abordagem mais pormenorizada à União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. Referiu que tem tido vários contactos com o senhor presidente de junta, que considera empenhado e preocupado com o seu território e as suas populações. Reiterou a importância das assembleias municipais descentralizadas, permitindo uma aproximação a quem os elegeu. Reconheceu que a união de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho tem uma dinâmica característica relativamente à produção florestal, importante para a economia da freguesia, mas igualmente importante a defesa dos incêndios florestais, por isso tem sido desenvolvido ações de sensibilização, na gestão dos combustíveis e na limpeza da EM 1510. Informou que está a ser analisado a intervenção necessária nos passeios na estrada principal de São João do Monte, visto necessitarem de algumas correções. Referiu que está a decorrer contactos para necessidade de haver uma intervenção no parque envolvente à Igreja Matriz e no parque da Mata, esperando que neste último, até ao final do ano, fazer a instalação de um novo parque infantil e da requalificação da churrasqueira e do palco.

Lembrou que em São João do Monte está instalada uma secção de Bombeiros do Vale de Besteiros, resposta importante para o território, que deve consubstanciada na construção de equipas e na existência de voluntários. Disse que a segunda equipa de intervenção de EIP pudesse estar mais dedicada a esse território, pelo que houve uma ação conjunta com a direção da Associação dos Bombeiros de Vale de Besteiros para que isso acontecesse.

Relativamente à estrada de ligação de São João do Monte a Vale do Lobo, referiu que no início do ano de 2023, foi aplicada uma camada de tout-venant, entretanto os serviços técnicos da câmara iniciaram os trabalhos necessários para o procedimento concursal para a pavimentação dessa estrada, de cerca de 400 000€.

Relativamente à limpeza de fossa, informou que na última reunião de direção da AINTAR foi aprovada a minuta de protocolo a celebrar entre a associação e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, que irá permitir um serviço de aproximação, com um equipamento que a freguesia tem e com um operador da associação, suportando esta os custos do combustível. Informou, ainda a possibilidade do concelho Vouzela aderir à AINTAR, situação que está a ser ponderada, o que

permitirá um ganho de escala, de forma a encontrar soluções com abrangência territorial.

Referiu que foram identificadas as questões relacionadas com a rede de água e de saneamento, como principais prioridades, junto da CIM Viseu Dão Lafões, para o próximo Quadro de Financiamento Comunitário.

Referiu que continua a ser prestado serviço no Balcão SNS 24, em São João do Monte e que poderá vir a ser rentabilizado, pelo que tem sido analisado, com o senhor presidente de junta.

Continuou dizendo que nos últimos meses as questões ambientais, de proteção civil e da construção do futuro quadro comunitário de apoio, foram matérias, a par da saúde, que ocuparam de forma especial. Referiu que na área do ambiente, está em desenvolvimento um projeto que irá permitir uma requalificação significativa e prioritária na ribeira de Dardavaz, pelo que houve várias reuniões com a APA e com a ARH, para que o mesmo possa ser financiado, no âmbito do Fundo ambiental.

De seguida, foram apresentadas, em imagens, as atividades desenvolvidas no período que decorreu desde a assembleia de setembro até à presente data. Anexo 4 e 5.

O membro Rui Santos, continuou os trabalhos, lembrou que tal como fizeram com a ER 230, já solicitaram a presença dos deputados para uma visita à serra do Caramulo e a São João do Monte, de forma a alertar para algumas situações e problemas nessa zona. Disse que sempre que podem, utilizam as estratégias que têm para reforçar o que pode ser feito para o território e para as populações.

Referiu que há muito tempo defendem, tal como acontece em alguns países em zonas de montanha, que na serra do Caramulo deveriam ser encontradas soluções integradas para instalação de rede de saneamento e para a rede de água de abastecimento público, para poder continuar a ser zona ambiental de cinco estrelas. Frisou que é necessário encontrar uma solução integrada para São João do Monte, que é vila há 25 anos. Questionou a senhora presidente de câmara, se relativamente ao protocolo a celebrar com a AINTAR, existe base de preços para o serviço de limpeza de fossas, atendendo que teve conhecimento de uma queixa de um morador da freguesia de Molelos, em que a AINTAR queria cobrar-lhe três vezes mais do que aquilo que anteriormente pagava à sua freguesia. Recordou os motivos por que votaram contra os estatutos da AINTAR, lembrando que a discussão das tarifas tem de ser discutida em reunião de câmara, não podendo ser unicamente na assembleia da AINTAR.

Seguidamente, questionou o andamento das empreitadas financiadas e nas quais tem havido sucessivas prorrogações prazo e que atrasam a execução orçamental, que no momento se traduz na receita de capital em 12,2% daquilo que estava previsto e de 9,45% de despesas de capital, quando o normal seria que rondasse os 40%.

O membro Márcio Santos referiu que após a devida leitura dos relatórios enviados não pude deixar de reter as várias atividades desenvolvidas, que enumerou. Destacou a elaboração do Plano Estratégico Municipal de Cultura e Educação e o Plano Estratégico Educativo Municipal, que se prevê que seja implementado no início do ano letivo. Recordou o Festival da Primavera, que levou às ruas de Tondela a arte urbana e envolvimento das pessoas.

Questionou a senhora presidente de câmara sobre o andamento dos Bairros Comerciais Digitais.

Deu os parabéns à submissão das candidaturas ao inventário nacional do património cultural e imaterial das Festas das Cruzes e do Barro Negro, que espera ter ganhos futuros. Recordou a importância das Marchas de Santo António, para o associativismo.

Saudou o executivo pela aprovação por unanimidade dos autos de transferências de competências para as freguesias, de forma a munir as juntas com uma calendarização orçamental para fazer face aos investimentos.

Questionou se já é possível fazer um balanço do primeiro ano de delegação de competência, na área da educação e se a tutela cumpriu com o deficit sentido no ano final do ano de 2021/2022. Salientou o espetáculo de encerramento das atividades extracurriculares, que demonstrou o investimento efetuado.

Perguntou se a senhora presidente tem informação sobre o andamento das obras de requalificação da linha da Beira Alta, necessária para muitos estudantes e pessoas. Questionou, ainda, sobre o ponto de situação das empreitadas: Loja do Cidadão, da Frente Ribeirinha e do Centro Tecnológico. Anexo 6

O membro Carlos Amaral disse ao membro Rui Santos que é de louvar terem convidados os deputados da AR à estrada ER230, por serem os que estão mais próximos dos Governo Central. Contudo, referiu ter ideia de já ter sido colocada uma questão ao ministro, que até ao momento não houve resposta, tal como aconteceu com as questões colocadas sobre proteção civil. Por isso, do seu ponto de vista se todos fizerem algo, fica-se a ganhar.

Relativamente à segunda EIP da associação dos Bombeiros de Vale de Besteiros, disse que houve constrangimentos devido à falta de recursos humanos. Referiu, também que outro dos constrangimentos é a demora em formar bombeiros, que pode ser no mínimo de um ano. Mas, apesar de todos os constrangimentos foi possível criar essa segunda equipa. Seguidamente, alertou para a regulamentação das EIP's, que tem um horário laboral definido de 5 dias úteis semanais, algo que está a ser estudado por forma à devida alteração, para permitir maior flexibilidade de equipas.

A senhora presidente da câmara referiu que comparativamente ao período homólogo de 2022, tanto a receita como a despesa apresentam um rácio superior. Reafirmou estar num ano difícil, por estar a terminar candidaturas a fundos comunitários, estando a aguardar transferências da CCDR a pedidos de pagamentos, como estão a efetuar pagamentos finais a empreiteiros.

Informou que de momento o que consta no tarifário da AINTAR é o pagamento de 45€ por limpeza de fossa, para todos os que não têm contrato de água e não pagam a devida tarifa de saneamento e para os que não querem estabelecer um contrato com a AINTAR. Lembrou que no tarifário da Câmara de Tondela praticava a tarifa de cerca de 12,45€ e que não era suficiente para custear o serviço. Referiu que de acordo com as recomendações da entidade reguladora (ERSAR), tem de haver um equilíbrio financeiro conseguido através do princípio utilizador/pagador. Contudo, o preço praticado não é suficiente para custear a limpeza de fossa, sendo cerca de metade, mas que face às dificuldades que as famílias têm, foi decidido que não poderia ser mais elevado.

Referiu que a informação que tem é o da comunicação social, relativamente à requalificação da linha da Beira Alta e do IP3, não tendo informação adicional. Contudo, receia o cumprimento dos prazos no que toca ao IP3.

Disse que continuam a aguardar resposta a candidatura dos Bairros Comerciais Digitais, ainda não receberam qualquer resposta à candidatura para a construção do novo bloco na Escola E B 2 3 de Campo de Besteiros.

Referiu que no presente ano letivo houve um significativo investimento nas AEC's, quer seja financeiro, com a celebração de um protocolo com a AMAT, de 252 000€, que foi correspondido na prática pelo que foi ministrado pelos vários professores.

Concordou que tem de haver soluções integradas envolvendo várias entidades e pensadas tecnicamente e homogéneas para os problemas da região, acreditando que a proximidade de resposta é muito importante.

Informou que foi aprovado, em reunião de câmara, os protocolos anuais a celebrar com as freguesias, no valor de 610 000€, assim como os protocolos anuais com as Associações Humanitárias dos Bombeiros do concelho, de cerca de 180 000€.

### **2.2- Análise e votação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e três**

A senhora presidente de câmara informou que a alteração modificativa tem como objetivo dotar de plurianualidade um conjunto de investimentos que por força de atrasos na obtenção do Visto do Tribunal de Contas, como é o caso da USF de Tondela.

O membro Rui Santos disse que iriam votar favoravelmente a alteração modificativa, por contemplar investimentos de plurianualidade.

Contudo, alertou que os mapas fornecidos pela aplicação são um pouco incompreensíveis, pelo que a entidade informática responsável deveria ter mais rigor na elaboração do programa.

A senhora presidente informou que a aplicação informática que é utilizada, é produzida e comercializada pela AIRC, utilizada por vários municípios. Referiu que por várias vezes foram reportadas questões, à associação, atendendo a dificuldade de leitura de mapas que estão tipificados.

Colocado à votação, a 3ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023, foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.3. Análise e votação da transferência de recursos para as Freguesias / Uniões de Freguesias:**

**i. Junta de Freguesia de Campo de Besteiros**

A senhora presidente da câmara referiu que do trabalho desenvolvido entre a câmara e as freguesias ficou o compromisso que a transferência de competência seria efetivada para no ano de 2024. Lembrou as limitações financeiras que existem. Recordou que o valor dos protocolos anuais, com as freguesias ronda os 600 000€, sendo esse montante apenso à transferência de competências. Referiu que esta transferência decorre do exposto no Decreto-Lei 57/2019, que define quais são as matérias que podem ser transferidas e que deve ser comunicada atempadamente à DGAL. Frisou que permitira que as freguesias possam contar com as verbas, através da transferência financeira do Orçamento de Estado, permitindo uma melhor gestão e agilização dos trabalhos a realizar, para poder ir ao encontro de uma maior proximidade e necessidades das populações. Referiu que nos autos a celebrar com as freguesias constam as competências a transferir. Disse, ainda, que ficou um compromisso que no primeiro semestre de 2024, iria ser monitorizada esta delegação de competências, de forma a poder efetuar uma avaliação financeira e operacional da sua execução.

O membro Rui Santos aproveitou para dizer que teve conhecimento por um empreiteiro adjudicatário da Linha da Beira Alta, da falta de material e de recursos humanos, que lhe permita cumprir os prazos da empreitada. Relativamente ao IP3, informou que uma das exigências da APA foi a revisão do estudo de impacto ambiental, porque não existia sistemas específicos de retenção de águas das escorrências, por questões de prevenção ambiental, o que provocou atraso no projeto.

Em relação à transferência de competências para as freguesias referiu votarem favoravelmente, efetuando uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto sobre a proposta Transferência de recursos para as Freguesias / Uniões de Freguesias:

Embora considerando que a proposta de delegações que nos foi apresentada fica bastante aquém do que consideramos desejável o Grupo do PS votou favoravelmente as propostas apresentadas na medida em que:

1-Como defensores do princípio da subsidiariedade, aliás explicitamente expresso no programa da nossa candidatura, consideramos que sempre que possível os problemas das populações devem ser resolvidos pelo nível de administração autárquica formal mais baixo possível, o das Juntas de Freguesia;

2-Ficando, na nossa visão, bastante abaixo das necessidades em termos de recursos, a presente proposta representa um avanço que desde o início do mandato vimos reclamando na Câmara Municipal, pelos nossos Vereadores, e nesta Assembleia em sucessivas intervenções nas discussões de propostas de GOP's e Orçamento e suas revisões;

3-Estamos neste momento em meio do ano económico de 2023 com um orçamento sobre que expressámos voto contra entre outras razões pela falta de previsão de aumento de transferências e competências para as freguesias, mas que foi aprovado nesta Assembleia;

4-Consideramos que esta é uma oportunidade perdida para ir mais além, alargando as competências a delegar como a lei prevê, e que não se pode liminarmente partir do princípio de que as Juntas de Freguesia não são capazes de as assumir, nomeadamente quando o próprio Governo fez aprovar a Lei que permite que todas tenham pelo menos um elemento a meio tempo;

5-Em função das explicações dadas na reunião da CM pela Sra. Presidente, tomamos este como primeiro passo esperando que futuramente se preveja a duplicação global do montante a transferir para as freguesias como sucede em algumas CM's vizinhas, com base no desenvolvimento de uma negociação estruturadas das competências a delegar/transferir e correspondentes recursos, bem como do estabelecimento de um mecanismo de controlo de execução das competências transferidas;

6-Apesar de limitadas, estas delegações vieram simplificar a vida das Juntas de Freguesia em relação às exigências para andar a recolher facturas para entregar na CM e reduzem a Via Sacra, por vezes bem prolongada, a solicitar as transferências pela Câmara Municipal dos montantes já gastos pelas Juntas que falta lhes fazem para outras obras. “

O membro Guilherme Duarte referiu que a bancada do PSD iria votar favoravelmente. Disse que nada melhor do que o afirmado pela senhora presidente da câmara, que afirma que irá haver um acompanhamento junto das freguesias, para que caso não esteja a correr pelo melhor possa ser revisto. Seguidamente efetuou uma contextualização cronológica, de acordo com o previsto na Lei.

Considerando que transferir as competências para as freguesias, no que se refere à gestão e manutenção dos espaços verdes, limpeza de vias e espaços públicos e realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino do jardins de infância

e de 1º ciclo, como a manutenção dos espaços envolventes, referiu ser reforçar a proximidade de resposta das populações e aos seus anseios. Atendendo que as verbas serão transferidas pelo Orçamento de Estado para as freguesias, o que também é um desafio económico e políticos para essas autarquias. Anexo 7

A senhora presidente de câmara referiu que nas reuniões efetuadas com as juntas/uniões de freguesias tentaram sempre negociar abertamente, tendo sido discutidas várias questões, num espírito de confiança na capacidade das freguesias em executarem estas respostas no seu território, assim como outras que no futuro possam vir a ocorrer. Disse existir confiança, porque conhecem as pessoas com quem estão a trabalhar e conhece o empenho delas na defesa do interesse das populações, que é igual ao empenho que a câmara tem. Reconheceu que têm obrigação de criar condições para que a transferência se execute bem, que muitas vezes dependem de questões técnicas, de conhecimento e de um conjunto de recursos que têm de ser construídos, nomeadamente regulamentos. Disse que não pode haver mais delegação de competência, por entenderem que deve existir justiça e honestidade para ambas as partes, com passos sustentados e firmes, para que possa ser um projeto de sucesso.

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Campo de Besteiros, materializadas no auto n.º 1/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**ii. Junta de Freguesia de Canas de Santa Maria**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Canas de Santa Maria, materializadas no auto n.º 2/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**iii. Junta de Freguesia de Castelões**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Castelões, materializadas no auto n.º 3/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **iv. Junta de Freguesia de Dardavaz**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Dardavaz, materializadas no auto n.º 4/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**v. Junta de Freguesia de Ferreiros do Dão**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Ferreiros do Dão, materializadas no auto n.º 5/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**vi. Junta de Freguesia de Guardão**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Guardão, materializadas no auto n.º 6/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva,

Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**vii. Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Lajeosa do Dão, materializadas no auto n.º 7/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**viii. Junta de Freguesia de Lobão da Beira**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Lobão da Beira, materializadas no auto n.º 8/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a

partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**ix. Junta de Freguesia de Molelos**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Molelos, materializadas no auto n.º 9/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**x. Junta de Freguesia de Parada de Gonta**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Parada de Gonta, materializadas no auto n.º 10/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**xi. Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Santiago de Besteiros, materializadas no auto n.º 11/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **xii. Junta de Freguesia de Tonda**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Tonda, materializadas no auto n.º 12/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **xiii. União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo, materializadas no auto n.º 13/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **xiv. União de Freguesias de Caparrosa e Silvares**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Caparrosa e Silvares, materializadas no auto n.º 14/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho,

Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**xv. União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Mouraz e Vila Nova da Rainha, materializadas no auto n.º 15/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**xvi. União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de São João do Monte e Mosteirinho, materializadas no auto n.º 16/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais

competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**xvii. União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, materializadas no auto n.º 17/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**xviii. União de Freguesias de Tondela e Nandufe**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Tondela e Nandufe, materializadas no auto n.º 18/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**xix. União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas**

Colocada à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência de recursos para freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, materializadas no auto n.º 19/2023, que obteve o acordo da câmara municipal e daquela junta de freguesia, nos termos do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024, bem como a manutenção das demais competências previstas no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no âmbito de intervenção do município.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **2.4. Análise e votação dos contratos interadministrativos a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas / Uniões de Freguesias, no âmbito do projeto "Saúde em Dia"**

Não houve intervenções.

Colocado à votação, os contratos interadministrativos do projeto "Saúde em Dia" foram aprovados por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Teresa Felgar, Miguel Gonçalves, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rui Filipe Figueiredo, Maria Cristina Simões, Sandra Lourenço, Ana Rita Laranjeira, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Mário Coutinho, Fernando Figueiredo, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **2.5. Outros assuntos de interesse para o Concelho**

O membro José António Matos interveio no âmbito da central hidroelétrica dos Pisões, tendo a sua intervenção sido acompanhada de projeção de imagens. Referiu que após a sua intervenção na assembleia de 23 de setembro de 2023, questionaram a Junta de Freguesia qual a atuação em relação ao assunto, resposta que só foi obtida na última assembleia de freguesia, que citou: “O Município de Tondela reiterou o interesse em criar um centro interpretativo/pólo museológico no edifício da antiga Central dos Pisões, sendo que para tal o acesso ao edifício por parte do público e para o fim pretendido tinha que ser possível, matéria que tinha que ser assegurada pela ARH Centro e espelhada no Protocolo de Transferência da propriedade, matéria que até ao momento ainda não foi ultrapassada.”. De seguida, fez referência aos normativos legais que demonstram a competência municipal. Deste modo, entende que é da competência do município zelar com causa pública, nomeadamente das vias de comunicação e património cultural. Disse que contrariamente aquilo que muitos pensam o caminho que dividia as 2 quintas e que dava acesso à central hidroelétrica é uma via pública, o que demonstrou por imagens nas cartas militares de 1949 e de 1992, assim como fotos comprovativas do referido caminho, de 2000, 2010 e 2015, sendo que em 2018 o caminho tinha sido fechado com um portão e lavrado. Continuou com a demonstração em fotografias do edifício e caminho de acesso de 2010 e 2021, comparando o estado do mesmo. Referiu que os argumentos da senhora presidente de câmara caem por terra, atendendo que a ARH tem a responsabilidade das linhas de água e não dos caminhos públicos, que são da responsabilidade do município. Disse que está a deixar arrastar o problema, temendo que se perca um importante património museológico e industrial. Deste modo, solicitou informação sobre o estado do processo e se o município pretende ou não acionar todos os meios para celebrar o protocolo de cedência de propriedade. Anexo 8

O membro Júlio Pacheco propôs que a próxima assembleia municipal descentralizada ocorresse em Santiago de Besteiros e se possível com uma visita previa aos macro assuntos da freguesia.

O senhor presidente da Mesa concordou com a proposta efetuada.

O membro Paulo Dinis iniciou a sua intervenção referindo que o valor associado à delegação de competências tem por base uma fórmula igual para todas as freguesias, que tem por base a área territorial e o número de habitantes, e, se a União de Freguesias de São do Monte e Mosteirinho é a que tem maior valor, é pelo facto de ter uma área superior às restantes.

Referiu que a alargamento da estrada para Vale do Lobo iniciou-se há cerca de dois anos, tendo os trabalhos parados, mas que urge, pois, a mesma encontra-se em situação muito degradada. Questionou para quando as pavimentações, prometidas em campanha eleitoral, em: Vale do Lobo, Freimoninho, Vale de Asne, Frágua, Caselho e Daires. Disse que seria um grande executivo se conseguisse fazer tudo. Questionou o ponto de situação da requalificação da rua Almirante Reboredo, em São João do Monte, com colocação de infraestruturas de rede de água e saneamento. Disse que tem conhecimento que nessa requalificação seria incluída rede de água e saneamento, assim como a construção de uma ETAR. Referiu que existe a promessa de manutenção do Balcão SNS e associar ao mesmo, o Espaço Cidadão, que até ao momento não está implementado, pelo que questionou para quando. É reconhecido o potencial da freguesia no setor turístico, deste modo apelou a um maior investimento, de forma a ir ao encontro daqueles que estão a investir com aquisição de casas na freguesia e que pretendem aí instalar-se, principalmente com a construção de redes de água.

Tal como evocado pela senhora presidente de câmara, disse que a colocação de passeios da EM 1530 foi uma boa obra, bem que tenham alguns problemas, contudo, referiu faltar atualmente local para estacionar, obrigando as pessoas a colocar os carros em cima dos passeios, o que os tem danificado. Deste modo, questionou se existe a possibilidade de em conjunto criar um local de estacionamento, junto à praia fluvial. Referiu a necessidade de celebração de um protocolo para o polidesportivo no espaço da feira e construção de casas de banho na mata. Lembrou que está por resolver um contrato interadministrativo, no valor de 50 000€, que foi pago pela freguesia. Recordou a promessa de celebração de um protocolo para instalação rede de água para combate a incêndio e outro para execução de muros de suporte, da responsabilidade do município, na localidade do Souto, Malhapão de Baixo e em Mançores.

Solicitou um reforço no apoio para a IPSS, por forma a poder oferecer um melhor serviço, informando que a junta de freguesia apoia no montante igual ao do município. Referiu ser contra a monocultura de eucaliptos e a favor da faixa de gestão de combustíveis, mas que devem ser executadas eficazmente.

Por fim, citou dados dos censos: “população residente e empregada”: na freguesia” em 2011 era de 46 %, fora da freguesia eram 54 %; em 2021, dentro da freguesia eram 37% e 63 % fora da freguesia. Disse que a taxa de população residente variável entre 2011 e 2021, na faixa de 0 aos 14 anos houve uma perca populacional de 51%, dos 15 aos 24 anos uma diminuição de 54%, dos 25 aos 65 anos menos 35% da

população e a partir dos 65 anos houve um aumento de 3%. Referiu que a idade média é de 56 anos. População atualmente residente: dos 0 aos 14 anos: 5%; dos 14 aos 24 anos: 7%; dos 25 aos 64 anos: 46%; e 41% acima dos 65 anos. Apelou a uma melhor reflexão dos números, fruto da falta de investimento ao longo dos anos do município e do governo central.

A senhora presidente da Câmara respondeu ao membro José António Matos, refutando vivamente as declarações efetuadas, de que o município não tem diligenciado, com o objetivo de salvaguardar o interesse público na central dos Pisões. Como prometido, que no início do ano seria retomado os contactos junto da APA, que é a detentora do contrato de concessão de aproveitamento hidroelétrico no rio Dinha. Referiu que a área, prevista na concessão, define o edifício e um perímetro envolvente ao mesmo, não tendo o caminho. Frisou que nos dados fornecidos pela APA verifica-se que na área engloba um canal, que traz o açude a montante da central, mas refere igualmente que o acesso é concedido através de direitos de passagem, de acordo com o Eng. Nuno Bravo e da Eng<sup>a</sup> Ana Paula Malo da APA, aquando de uma visita ao local, e que se destinam ao direito da concessão, que é o aproveitamento hidroelétrico. Ora, considerando que o objetivo do município, que se mantêm, que é a utilização daquele património edificado para um projeto de valorização dos recursos hídricos do concelho e poder criar um centro interpretativo, era importante que seja visitável, pelo que a APA deverá garantir o acesso do público ao mesmo.

Ao membro Paulo Dinis respondeu que relativamente à estrada de Vale do Lobo, como referido, os técnicos municipais do departamento de acessibilidade têm os levantamentos e dados necessários para o procedimento concursal, que se estima no valor de 400 000€ e que se espera que seja iniciada durante o ano de 2023. Informou que também está efetuado o levantamento de outra necessidade, tais como ligação de Caparrosa / Silvares; Guardão e que de acordo com a estimativa rondará meio milhões euros e que deverão ser executadas com capital municipal, por não existir financiamentos comunitário.

Relativamente ao balcão SNS 24, disse que tem sido trabalhado entre a vereadora do pelouro e a junta de freguesia, tendo havido comunicação de um conjunto de dados para a AMA.

Relativamente aos passeios e ao local para o estacionamento, tal como referido aquando da visita ao local, disse que o município está dialogante sobre o assunto.

Lembrou que de facto tinha sido anulado o contrato interadministrativo de 50 000€, mas que no ano de 2022, foi celebrado um protocolo para a Quinta de Menderes.

Concordou que deve ser potenciado o que existe nas localidades, por isso referiu ter iniciado o processo de criação de ARU's, devendo ser potenciado as redes de água e saneamento de acordo com o conversado anteriormente.

### **3-Período aberto ao Público.**

Iniciou o ponto, o cidadão Nuno Ferreira que referiu ser cidadão não habitual de São João do Monte. Disse ter várias questões para colocar, mas que várias já foram respondidas e que estão a ser devidamente tratadas, algo que muitas vezes é alheio aos cidadãos que não participam nestes fóruns.

Contudo, reforçou a importância da defesa do ambiente, como é o caso das monoculturas de eucaliptos. Referenciou, de seguida, as dificuldades sentidas aquando da aquisição da sua habitação numa das aldeias da freguesia, que foram nos acessos viários, sendo a principal a falta de rede de água de abastecimento público, em virtude da casa que adquiriu ter ficado sem água, que era proveniente de uma mina. Frisou que se não existirem as devidas infraestruturas não haverá investimentos por parte dos privados, pelo que a falta de rede de água é um problema que retrai muitos investidores. Referiu, igualmente, existir dificuldades nas comunicações digitais.

Por fim, disse que apesar das dificuldades sentidas, foram muito bem recebidos na freguesia.

O cidadão Luís Pereira referiu que a estrada de Vale do Lobo tem o piso muito degradado, apelando que a sua execução seja célere. Disse que a falta de redes de água e saneamento tem gerado fuga de investidores, em prol de freguesias limítrofes, pelo que não deve ser descurado esse investimento. Referiu, ainda que as faixas de contenção de combustíveis nas vias municipais não têm sido executadas. Continuou dizendo que a ambulância da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vale de Besteiros que se encontra em São João do Monte não presta serviços de socorro, que faz unicamente transporte de doentes, mesmo sabendo que é uma preocupação da associação. Alertou para a necessidade de pontos de água, visto a sua carência. Por fim, efetuou um reconhecimento pela assinatura de um protocolo com o Centro Paroquial de São João do Monte.

De seguida, interveio o cidadão José Luís que disse ter adquirido uma habitação no Souto, onde não existe rede de abastecimento de água. Referiu estar a ser abastecido

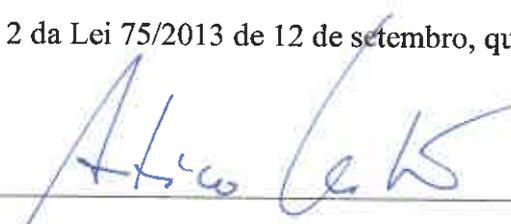
por amabilidade de um privado, mas no passado fim de semana a exploração tenha secado. Referiu as necessidades das faixas de combustíveis devem ser executadas, assim como da importância de existência de pontos de água, assim como das plantações ter de ser controladas e limpas.

Por fim, interveio o senhor Adelino Paula da Graça, que iniciou por dizer que quem toma posse deve servir o serviço público e não ser servido. Referiu a importância e da riqueza da natureza e da floresta, lamentando que por ação do homem haja dados irreparáveis, nomeadamente com as alterações climáticas. Recordou a construção da secção de bombeiros em São João do Monte e da praia fluvial.

Disse, que do seu ponto de vista o concelho está dividido em dois, o vale de Besteiros e a zona serrana, que não tem o devido investimento. Referiu que a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho representa 1/7 do concelho, o que proporciona uma boa fatia das transferências para o orçamento municipal. Evocou a fuga de investidores pelo facto de não existir rede de abastecimento de água e de saneamento, em prol de freguesias vizinhas. Desafiou todos os autarcas a visitarem todo o concelho, para poder votar em consciência. Recordou que a pavimentação da estrada de Belazaima, estava prevista em PDM e orçamento de 2009/ 2013, algo que foi retirado depois dessa data. Lamentou que na sua aldeia não seja alargada a via rodoviária, de modo a permitir a passagem de um carro de socorro.

### ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas catorze horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

O Presidente:  \_\_\_\_\_

O 1º Secretário:  \_\_\_\_\_

O 2º Secretário: \_\_\_\_\_



## **Grupo Parlamentar Do Partido Socialista**

### **Assembleia Municipal De Tondela**

**Exmos. Membros da Mesa**

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Tondela**

**Caros Deputados e restantes presentes**

Antes de iniciar a minha intervenção queria saudar o Sr. Presidente de Junta de S. João do Monte e Mosteirinho pela amável receção. É sempre um prazer visitar-vos.

E é por estarmos aqui hoje, nesta localidade e, em particular na Serra do Caramulo, que decidi mais uma vez alertar todos os presentes para um tema sensível: a calamidade que se vive no longínquo Canadá, país que acolhe muitos dos nossos emigrantes.

Os graves incêndios florestais no Canadá tornaram-se rapidamente uma história global nas últimas semanas, acompanhada de fotos de paisagens tortuosas em tons de laranja, que nos fazem recordar também o ano terrível de 2017. Sob uma extensa onda de calor no leste do Canadá, os incêndios centrados no Quebec desencadearam uma fúria enlouquecedora, mastigando mais de 1 milhão de hectares de floresta. Estes incêndios e as suas consequências não se cingiram ao próprio país, mas afetaram também a qualidade do ar nos EUA, e exigindo que dezenas de milhares de pessoas fossem evacuadas. Com mais de quatro milhões de hectares já queimados, estes incêndios estão já a indicar que pode ser a pior temporada de incêndios florestais do país.

As previsões meteorológicas em Portugal indicam já desde terça-feira a existência de céus "obscurecidos por partículas de fumo", à medida que os incêndios florestais persistentes do Canadá começam a afetar a Europa. A nuvem de fumo e fuligem já se estende por milhares de km da província de Quebec através do Oceano Atlântico, de acordo com imagens de satélite divulgadas pela NASA na segunda-feira. O fumo afeta já, para além de Portugal, a Espanha, a França e outros países no norte da Europa. O inferno que assolou o Canadá e o fumo que engoliu várias cidades dos EUA, conduziram a uma acentuada diminuição da qualidade do ar, com consequências terríveis para a saúde dos seus habitantes.

Meus caros...

*[Handwritten signature]*

Há uma conexão clara entre as mudanças climáticas e o número e a gravidade dos incêndios florestais em todo o mundo. Algumas mudanças (como secas, incêndios florestais e chuvas extremas) estão a ocorrer mais rápido do que os cientistas avaliaram anteriormente. Na verdade, de acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os seres humanos modernos nunca viram antes as mudanças observadas no nosso clima global, e algumas dessas mudanças serão irreversíveis nas próximas centenas a milhares de anos.

Reforço mais uma vez: É preciso agir!

Deixo-vos para reflexão algumas formas pelas quais podemos fazer parte da solução climática:

**Divulguem:** Incentivem os seus amigos, familiares e colegas a reduzir a poluição por carbono.

**Mantenham a pressão política:** Façamos pressão a todos os políticos e empresas locais para apoiar todos os esforços para reduzir as emissões e reduzir a poluição por carbono.

**Mudem o meio de transporte:** O transporte é responsável por cerca de um quarto de todas as emissões de gases de efeito estufa e, em todo o mundo, muitos governos estão implementar políticas para descarbonizar as viagens. Num concelho como o nosso temos uma vantagem: é muitas vezes possível deixar o carro em casa e caminhar ou andar de bicicleta para chegarmos ao nosso destino.

**Plantem árvores (mas não todo o tipo de árvores!):** Todos os anos, aproximadamente 12 milhões de hectares de floresta são destruídos e esse desmatamento, juntamente com a agricultura e outras mudanças no uso da terra, é responsável por cerca de 25% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Nas últimas décadas, a vertente ocidental do Caramulo sofreu mudanças drásticas ao nível do uso do solo, passando de terreno baldio a pinhal na metade do século XX, e convertido em eucaliptal na segunda metade do século. O aumento da recorrência de fogos florestais levou as populações a optar por espécies florestais com retorno sobre investimento mais rápido. Todos nós podemos desempenhar um papel na reversão desta tendência.

O debate e a ação ao nível do poder local, onde todos os presentes tem um papel crucial, ajuda a sensibilizar as comunidades a combater as mudanças climáticas e construir a resiliência necessária para mitigar os impactos climáticos.

Assembleia Municipal de Tondela, 28 junho de 2023

Marta Marques





Anex 2

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Exmo. Senhor Presidente da AM  
Exmas. Senhoras e Senhores membros da Mesa  
Exma. Senhora Presidente da CMT  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta  
Representantes da Comunicação Social  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Saúdo em particular o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João do Monte e Mosteirinho, que hoje nos acolhe nesta Assembleia Municipal descentralizada.

No entanto não podemos deixar de questionarmo-nos se este é formato adequado para levarmos a Assembleia Municipal às freguesias de modo consequente, sem lhe incorporar uma componente específica de cada uma delas.

Estas ocasiões deviam ser jornadas de trabalho e de auscultação das populações e dos seus representantes, e não apenas um ato formal com a duração mínima necessária para despachar a Ordem de Trabalhos.

Deixamos esta nota à reflexão da Assembleia, com a disponibilidade de sempre para melhorar.

S. João do Monte, 28 de Junho de 2023

  
GRUPO MUNICIPAL DO PS



Muito bom dia!

Exmo senhor presidente da Assembleia Municipal, restante mesa, senhora presidente do Município de Tondela e senhores vereadores, senhores membros da assembleia municipal, colegas presidentes de junta, comunicação social, funcionários do município e público em geral.

O que me trouxe a este púlpito, são um conjunto de preocupações, legítimas, que a nossa comunidade é população em geral do concelho vai sentindo e vivendo no seu dia a dia,

Assim,

Sra. Presidente, permita-me que me dirija a si diretamente, pois há um conjunto de preocupações que não poderia deixar de as manifestar aqui, e que são transversais a todas as freguesias do território e também, a todos os portugueses.

Posto isto, gostaria que a senhora presidente nos esclarecesse sobre o ponto de situação nas diferentes USFs do concelho, Tondela, Canas de Santa Maria, Unidade de Cuidados de Saúde Campo de Besteiros e respetivas extensões de saúde. Pese embora o cenário macroeconómico tenha elementos animadores, aquilo que as nossas populações sentem relativamente aos serviços públicos é exatamente o contrário.

Neste sentido, pergunto se já foram colocados novos médicos nas nossas unidades?

Das 17 vagas para a Região do Aces Dão Lafões, quantas serão afetas ao nosso concelho?

O rácio de distribuição tem em linha de conta a dimensão populacional ou são outros os critérios?

E em relação aos assistentes administrativos e operacionais? Há falta?

Qual o ponto de situação na extensão da Lajeosa do Dão, que ao que parece também está a funcionar de modo intermitente?

E sobre a descentralização de competências na área da saúde? Há evoluções?

Outro assunto que gostaria de deixar aqui também, prende-se com o mal amado IP3.

A requalificação do IP3, está a ser adiada desde 2005.

A 2 de julho de 2018, o Primeiro-Ministro, António Costa, lançou os concursos para as obras de requalificação do IP3, que deveriam estar concluídas no primeiro semestre de 2024.

Mas cinco anos depois, o Governo apenas conseguiu requalificar um troço de 16 quilómetros, estando ainda a faltar reabilitar 75 quilómetros.

Gostaria de saber se a Sra. Presidente tem alguma informação de quando vai arrancar a empreitada de ligação, Viseu - Santa Comba Dão e se há previsão para a conclusão da requalificação integral do IP3?



**TONDELA**  
MUNICÍPIO

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
**Câmara Municipal de Tondela**  
*De 28 de abril a 28 de junho de 2023*

Informação escrita à Assembleia Municipal de Tondela  
realizada a 28 de junho de 2023

## 1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea c) do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e considerando a importância de manter os membros da Assembleia Municipal de Tondela informados do trabalho desenvolvido, a Câmara Municipal de Tondela elaborou o presente Relatório de Atividades decorrentes das Atividades realizadas entre o passado dia 28 de abril a 28 de junho de 2023.

## 2. PRINCIPAIS INICIATIVAS REALIZADAS

Decorreu no passado dia 28 de junho de 2023 a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tondela referente ao ano civil de 2023.

Desde então, as crises comerciais e energéticas e as consequências do conflito armado não desapareceram por magia, refletindo-se, essencialmente, no sector da construção civil e nas obras públicas. Fatores que tem originado o aumento das obras primas e a consequente revisão de preços; à escassez de mão-de-obra e ao atraso sucessivo na execução de obras, sobretudo aquelas financiadas com fundos comunitários.

Assim, em tempos de crise económica mundial, é fundamental que as autarquias adotem uma abordagem estratégica e cautelosa na gestão das suas finanças e recursos, otimizando a eficiência na prestação de serviços e no desenvolvimento de programas de estímulo económico local, garantindo a execução dos Fundos Comunitários. É necessário acautelar as despesas essenciais e procurar formas de maximizar a eficiência das prestações de serviços.

Exemplo de maximização de recursos são as obras efetuadas pelas brigadas da Câmara Municipal que continuam no terreno a executar pequenas obras mas essenciais na vida quotidiana das pessoas; na execução de faixas de gestão de combustível; nas limpezas de eixos de comunicação, nomeadamente na Estrada Nacional (EN) 230, entre o Caramulo e Campo de Besteiros, numa extensão de cerca de 10 quilómetros num total de 20 hectares; na EN 2 entre as freguesias de Canas de Stª maria e Parada Gonta; na estrada que liga o Couço a Ferreirós do Dão e na beneficiação de diversos caminhos florestais.

No domínio empresarial destacamos vinte e três empresas do concelho de Tondela que receberam o selo de PME Líder referente ao ano de 2022 atribuído pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, tendo gerado, no ano passado, um volume de negócios de cerca de 108 milhões de euros.

As nossas ZIM continuam a ser atrativas e em expansão. Exemplo disso é a Interrecycling sediada na ZIM do Lagedo que, aproveitando a comemoração do Dia Internacional do Ambiente e na presença do Sr Secretário de estado do Ambiente, Hugo Polido Pires e da Srª Presidente do Município, Carla Borges, anunciou o investimento de 12 milhões de euros a executar até 2030 levando à criação de novas unidades.

Mas também no plano autárquico e pela primeira vez, a Câmara Municipal de Tondela vai transferir para as Juntas de Freguesia do concelho competências que até agora estavam sob a sua alçada tendo sido apresentados e aprovados, por unanimidade, os Autos de Transferência de Competências, no passado dia 16 de junho em reunião do executivo municipal.

Assim e a partir do dia 1 de janeiro de 2024, as 19 freguesias ficarão responsáveis pela gestão e manutenção de espaços verdes; limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e pela manutenção dos espaços envolventes a estes estabelecimentos escolares num montante superior a 609 mil euros para executar as novas funções.

**A educação e a cultura** desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e no progresso de uma região. Ambos são elementos essenciais para o crescimento econômico, social e humano de uma comunidade.

Nessa perspetiva têm de ser, cada vez mais, uma aposta determinante na missão autárquica.

As respostas, expectativas e constrangimentos decorrentes dessa missão diária deverão ser acompanhadas de uma estratégia ajustada aos desafios diários pelo que importa conformar todos os aspetos que contribuam para a boa prossecução do objetivo a atingir: tornar o território de Tondela num espaço de educação ainda com maior qualidade.

Foi pensar nesse objetivo que delineámos a construção de um Plano Estratégico Educativo Municipal de Educação (PEEM) enquanto instrumento agregador dos contributos de toda a comunidade para a definição de políticas educativas municipais, assumindo particular importância estratégica na articulação com as Escolas do concelho, mas também com a comunidade educativa em geral.

Foram iniciadas reuniões de trabalho quer com os representantes dos diferentes estabelecimentos de ensino quer com representantes de instituições em ordem à criação de um documento agregador e participativo.

Realçar a candidatura da secular Festa das Cruzes no dia 18 de maio, Dia da Ascensão, pela Câmara Municipal de Tondela ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Em vias de integrar, também, o Inventário do Nacional do Património Cultural Imaterial está o barro preto de Molelos. Esta quinta edição da “soenga” realizou-se no decorrer das celebrações do Dia Europeu da Cerâmica – “Bom dia cerâmica”. Durante dois dias foi recriado o processo de cozedura que dá origem ao barro negro, numa atividade única no país. Foram mais de 150 as peças, criadas pelos sete oleiros de Molelos ainda em atividade, que foram cozidas de forma ancestral. Novidade este ano foi a realização do seminário “O Património Imaterial como Estratégia de Desenvolvimento e Coesão Territorial”, que contou com a participação de vários oradores, entre eles Ana Saraiva, chefe de divisão de património móvel e imaterial da Direção Geral do Património, e Isabel Policarpo, responsável pelo gabinete de apoio à classificação do património da Direção Regional de Cultura do Centro.

Destaque na realização do festival Primavera Tondela, com muita música e decorações espalhadas pelas ruas. Luís Trigacheiro, Fernando Tordo, Márcia e Mafalda Veiga foram os cabeças de cartaz do festival, que este ano decorreu em três locais diferentes da cidade. Durante a iniciativa, além da muita e variada música esteve presente a arte urbana, a leitura, o comércio fora de horas e produtos tradicionais.

Dar nota, também, da realização de mais uma edição das Marchas Populares de Santo António, juntando 600 participantes repartidos pelas doze instituições que tão bem marcharam na Avenida Ao Tom D'Ella com temas livres e música e trajes inéditos.

No que concerne ao **Associativismo** Tondela comemorou o feriado do 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, com a realização de uma conferência, organizada em conjunto pela Câmara Municipal e pela Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU), atividade integrada nas comemorações locais dos 50 anos do 25 de Abril na sede da Casa do povo de Tondela.

Também a equipa da Associação Loios destacou-se no Campeonato Centro da Federação Portuguesa de Kick Boxing e Muay Thai, que teve lugar em Mira, no distrito de Coimbra. A equipa da coletividade, composta por dez atletas, teve um desempenho excepcional, arrecadando para Tondela uma taça pelo primeiro lugar em equipas. Sete kickboxers sagraram-se campeões, um obteve um segundo lugar e dois alcançaram a terceira posição do pódio.

No que concerne ao **Turismo** realçar que a Serra do Caramulo saiu, pela 3ª vez, vencedora na edição de 2023 do Premio Cinco Estrelas Regiões, na categoria Montanha. Na escolha dos premiados estiveram envolvidos 436 mil consumidores que avaliaram mais de 900 marcas, através da metodologia do Prémio Cinco Estrelas refletindo uma boa estratégia de valorização do concelho sendo o resultado das potencialidades turísticas do território.

**No âmbito do apoio às juntas de freguesia**, registar múltiplas reuniões de trabalho e visitas às freguesias das quais resultaram diversos tipos de compromissos e concretização de protocolos de apoio, nomeadamente:

- Aprovados, por unanimidade, os Autos de Transferências de Competências na reunião do executivo municipal realizada no passado dia 16 de junho, a celebrar com todas as Juntas e Uniões de Freguesia num montante superior a 609 000,00€;
- Celebração de Contratos Interadministrativos entre o Município de Tondela e Juntas / Uniões de Freguesia, no âmbito do projeto "Saúde em Dia";
- Transferências de recursos para todas as Freguesias / Uniões de Freguesia;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Parada de Gonta até ao montante de 4 428,00€, para apoio à 2ª fase de requalificação do cemitério;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Canas de Stª Maria até ao montante de 17 547,62€, para apoio à limpeza de caminhos públicos, pintura dos muros exteriores, reparação de passeios e do portão em ferro no cemitério;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha até ao montante de 115 903,73€, para apoio à 2ª fase da construção do edifício Multiusos;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Tondela e Nandufe, até ao valor de 10 000,00€ para apoio à realização das atividades do CAL;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, até ao valor de 10 000,00€ para apoio à realização das atividades do CAL;

### **Institucional**

- Reunião, no local, com responsáveis da IP – Infraestruturas de Portugal- relacionada com as condições de segurança da ER 230;
- Representação do Município na reunião de articulação CIM-VDL, ACES Dão Lafões e CHTViseu no âmbito da criação da ULS Dão Lafões;
- Presença em todas as “Rotas – caminhadas” do concelho;
- Apoio e presença no Concerto Primavera numa organização conjunta entre a Casa do Povo de Tondela e a Junta de freguesia do Guardão;
- Colaboração e presença no evento “ OCR Police Challenge”, no Caramulo;
- Presença na Festa das Cruzes, no Guardão;
- Presença na Festa de Folclore do Rancho Infantil de Castelões;
- Visita de trabalho à ACDR de Pedronhe;
- Presença no Dia Internacional da Reciclagem, na empresa Interecycling;
- Presença na cerimónia da comemoração do feriado Municipal de St<sup>a</sup> Comba Dão;
- Apoio e presença na Soenga – Molelos;
- Presença no Torneio de Ténis de Mesa – Associação Carvalhal Tondela;
- Presença na final do campeonato Nacional de Rugby – 2<sup>a</sup> Divisão;
- Colaboração na “V Edição do Rancho à 14” promovida pela Associação Viriatos 14;
- Colaboração e presença nas cerimónias do Dia Nacional do Bombeiro;
- Presença na Feira Gastronómica Múceres;
- Presença na concentração Motard;
- Participação na reunião da IHRU, no Porto;
- Participação na organização do Dia Mundial da Criança;
- Presença na cerimónia do “26º Aniversário de Elevação a Vila de Canas de St<sup>a</sup> Maria”;
- Reunião com IP – Património;
- Presença na celebração das festividades religiosas do Corpo de Deus;
- Presença na final da taça Basquetebol Sénior Feminino;
- Presença na final da Taça Sub-13 Galfarritos / Pestinhas;
- Presença no Passeio de Automóveis e Motos Clássicos;
- Presença nas comemorações do “39º Aniversário da ARCAPA, em Caparrosinha;
- Presença no 50º Aniversário da Casa do povo de Tondela;

- Inauguração do Parque Infantil de Lobão da Beira;
- Organização e presença na visita ao Oceanário dos alunos finalistas do 1º CEB;
- Participação na Reunião do Conselho Consultivo da EPT;
- Presença no torneio de Futsal Masculino da AF de Viseu – final da taça distrital;
- Reunião com a Direção da ANCU tendo em vista a comemoração do Dia 10 de junho;
- Reuniões de trabalho na AMPB;
- Reuniões com a CIM Dão Lafões;
- Reunião com Dr Pimenta Machado da APA, em Coimbra;
- reunião com Engº Santiago da CCDRC;

**No âmbito do apoio protocolar e financeiro a diferentes Instituições registamos os seguintes:**

- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Tondela e a Fábrica da Igreja da Lageosa do Dão, no valor de 1 280,00€, para apoio à execução da casa de banho da Capela do Corujeiro;
- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Tondela e a Associação de Peregrinos de Nandufe, no valor de 5 209,00€, para apoio na execução dos trabalhos na reabilitação da sede;
- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Tondela e a Adices, até ao montante de 4 500,00€ para apoio no âmbito duma candidatura ao PRR – Condomínio de Aldeia;
- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Tondela e a ACAPO, até ao montante de 3 000,00€ no âmbito do projeto “Reintegrar” – apoio itinerante às pessoas portadoras de deficiência visual;
- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Tondela e a ASSBB – Associação de Solidariedade Social do Barreiro de Besteiros, até ao montante de 14 741,97€ para apoio às atividades de animação e apoio à família;
- Aditamento ao protocolo 1/EDU/2022 celebrado entre a Câmara Municipal de Tondela e a Associação de Música e Arte do Dão, para reforço do compromisso de modo a assegurar o desenvolvimento e concretização das AEC, no 2º e 3º trimestre de 2023, até ao montante de 168 272,99€;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Vários – Cooperativa de Solidariedade Social CRL, no âmbito da descentralização de competências na área da

ação social, de modo a assegurar o desenvolvimento do SAAS e do desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI no valor global de 95 000,04€;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Agrupamento de Escola de Tondela Cândido de Figueiredo, até ao valor de 8 245,00€ para apoio à comparticipação da ação social escolar do ano letivo de 2022/23;
- Protocolos celebrados entre o Município de Tondela e as diferentes entidades no âmbito das Marchas de Stº António de 2023, até ao montante de 27 800,00€;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Casa do Povo de Caparrosa, até ao valor de 10 000,00€ para apoio à realização das atividades do CAL;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Casa do Povo de Lobão da Beira, até ao valor de 10 000,00€ para apoio à realização das atividades do CAL;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e Centro Paroquial de S. João do Monte, até ao valor de 10 000,00€ para apoio à realização das atividades do CAL;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Associação de Andebol de Viseu, até ao valor de 13 500,00€ no âmbito da realização da fase final de encontros nacionais do Campeonato Nacional Sub 16 Masculinos;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Grupo de Cicloturismo Sempre a Trinta, até ao montante de 680,00€ para apoio ao BTT – Tota do Barro Preto;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Casa do Povo de Tondela, até ao montante de 4 305,00€ para apoio no âmbito das comemorações do 50º Aniversário;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Pedronhe, até ao montante de 3 000,00€ para apoio na realização de obras na sua sede.

É, neste contexto, que apresentamos o presente documento com as atividades realizadas pela Câmara Municipal de Tondela, no período supra referenciado.

### **3. ATIVIDADES REALIZADAS**

#### **3.1- Requalificação Urbana, Vias, Mobilidade, Ambiente e Fundos Comunitários, Urbanismos e Planeamento**

##### **3.1.1-Departamento de Ambiente, Alterações Climáticas e Fundos Comunitários**



- Continuação da articulação administrativa e técnica entre o Município e a AINTAR;
- Reuniões com o prestador de serviços de fiscalização da empreitada ETAR ZIM do Lajedo relativamente à tramitação inerente dos trabalhos complementares.
- Reuniões com o prestador de serviços de fiscalização da empreitada de água e esgoto do Caramulo relativamente à execução dos trabalhos.
- Coordenação da realização de análises nos fontanários,
- Intervenções realizadas pelos serviços de energia nas diferentes estruturas, mas, essencialmente, no parque escolar e eventos.
- O Município de Tondela aceitou o desafio da Associação Portuguesa de Fibromialgia e iluminou a “Estátua do Emigrante” na noite do dia 12 de maio, de roxo.
- Execução de trabalhos de manutenção das redes de águas pluviais.

### **Fundos Comunitários e apoios financeiros externos**

- Recolha de documentação de suporte junto dos diversos serviços para a reprogramação do CTE e Frente Ribeirinha.

### **Serviços Higio-sanitários :**

- Registadas 10 ocorrências, entre atropelamentos, resgates e recolhas;
- Recolha de cadáveres: 2 gatos;
- Residentes no canil: 3 gatos e 24 cães;
- Devolvidos ao dono: 3 cães;
- Adotados: 21 gatos e 5 cães;
- Esterilizados: 10 gatos e 12 cães;
  
- Colaboração com projetos na disciplina de Cidadania em 2 turmas do 10º Ano do Agrupamento Tomás Ribeiro;
- Participação no Congresso de Saúde Pública 23 – Uma Nova Era;

### **3.1.2-Departamento de Acessibilidades, Mobilidade, Equipamentos e Materiais**

Requalificação da ZIM da Adiça, nomeadamente:

- Fase de conclusão do muro em granito na Rua 7, num total de investimento de 75 590,75€.

- Lote 3- Construção de Infraestruturas (Aberta a Infraestruturação do Arruamento Nascente), num investimento de 429 594,26€. Mantém-se o impasse do desvio da rede elétrica aérea que tem sido protelada, sucessivamente, pela E-Redes.
- Pintura de passadeiras em Tondela (sobretudo na envolvente às escolas) e algumas linhas longitudinais, (Tondela, Vilar- troço da EM 627- e Sangemil).
- Construção de um muro de suporte de terras (plataforma da estrada) na Travessa dos Moinhos, localidade do Caramulo.

### Intervenções realizadas pelos cantoneiros de vias

Serviços	Freguesia
Limpeza e arranjo de Caminho 1080m	União de Freguesias Caparrosa/Silvares
Limpeza e arranjo de Caminhos 16,210m (Ainda em execução)	Castelões
Manutenção de vias (Asfalto)	Canas de Santa Maria
Manutenção de vias (Asfalto)	União de Freguesias Caparrosa/Silvares
Limpeza de bermas Estrada N.228	União de Freguesias Barreiro de Bes./Tourigo
Limpeza de bermas Estrada Silvares - São Barnabé	União de Freguesias Caparrosa/Silvares
Limpeza de bermas Estrada N.2 Lomba	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Limpeza de bermas Estrada N.2 Sabugosa	São Miguel do Outeiro/Sabugosa
Limpeza de bermas Estrada N.2 Naia	Canas de Santa Maria
Limpeza e arranjo do Parque das Festas Caparrosa	União de Freguesias Caparrosa/Silvares
Manutenção de vias (Asfalto)	São Miguel do Outeiro/Sabugosa
Manutenção de vias (Asfalto)	Molelos
Manutenção de vias (Asfalto)	Parada de Gonta
Manutenção de vias Tapar vala c/Tout-venant	Tonda
Limpeza Faixa de contenção Estrada N.230 (em execução)	Guardão
Limpeza Urbana Tondela	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Limpeza de Lotes do Município Junto a Av. Ao Tondela	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Limpeza Zona envolvente ZIM Adiça	Dardavaz
Remoção de brita e colocação de Areia do Mar Infantil da Misericórdia	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Limpeza de Lotes de terrenos do Município	União de Freguesias Tondela/Nandufe

**Intervenções realizadas pela equipa de apoio a eventos**

<b>Eventos</b>	<b>Freguesia</b>
Grades para Police Challenge	Caramulo
3 barracas de chapa e 2 de madeira - ARCAPA	Caparrosa
2 barracas metálicas	Lobão da Beira
2 barracas metálicas	Campo de Besteiros
2 barracas metálicas	Santiago de Besteiros
2 barracas na Corveira	Santiago de besteiros
Grades para a Associação "Sempre a 30"	Molelos
Transporte de colchões para andebol – Lousã	Pavilhões Municipais
Palco para Marchas de Stº António, 3 barracas	Tondela
10 barracas, palco e tenda – Feira Gastronómica de Múceres	Castelões
Montagem de barracas, tenda e palco na Soenga	Molelos
Montagem de mesas, palco e 2 barracas - 50 anos Casa Povo Tondela	Tondela
Montagem de barracas e palco na Festa das cruzes	Guardão
Montagem de barracas Teomil	Lageosa do Dão
Montagem de bancada na ACERT - Educação	Tondela
Montagem de 3 barracas metálicas – finalistas CDT	Tondela
Montagem de Tendinhas para artesanato P.Urbano	Tondela/Nandufe
Montagem de barracas – Rugby	Molelos
Colocação de alcatifa no evento PU – Tondela a dançar	Tondela/Nandufe

**Intervenções realizadas pela equipa de jardinagem e limpezas urbana**

- Manutenção dos jardins e espaços verdes;
- Limpeza urbana;
- Limpeza e manutenção de sarjetas e grelhas de águas pluviais;

**Intervenções realizadas pela equipa de construção civil**

<b>Serviços</b>	<b>Freguesia</b>
Reposição de paralelo Av. Dr. João Almiro	Campo de Besteiros
Reparação de calçada e passeios Arruamentos Tondela	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Colocação de pavês passeios ZIM Lajedo	Santiago de Besteiros
Reparação de calçada e passeios Arruamentos Tondela	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Rebaixar lancil Av. De Portugal	União de Freguesias Tondela/Nandufe

Pintura e arranjo de Apartamento Ação Social Colmeiras Lote 13	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Colocação de Tubos de suporte para rede sombria Infantil EB-0	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Rebaixar lancil Av. De Portugal	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Rebaixar passeio junto ao Auditório Municipal	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Colocação de sinalética Caminhos Rota dos Caleiros e Cruzes	Guardão
Colocação de Sinalização	Lajeosa do Dão
Passeio ZIM Adiça cortar pedra e reposição do pavimento	Dardavaz
Regularizar espaço para colocação de contentores do lixo ZIM Lajedo	Santiago de Besteiros
Pintura e arranjo de Apartamento Ação Social Colmeiras Lote 13	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Colocação de tampas de águas Pluviais Av. Dr. João Almiro	Campo de Besteiros
Reposição de pavé Passeios Botulho	Molelos
Remoção e reposição de Sinalização Tondela	União de Freguesias Tondela/Nandufe
Regularizar espaço para colocação de contentores do lixo Tondela	União de Freguesias Tondela/Nandufe

### Proteção civil

- Reuniões de trabalho realizados com as duas corporações de Bombeiros do concelho;
- Reuniões de trabalho com os BVT e a liga Portuguesa de Bombeiros com vista á operacionalização do dia Nacional do Bombeiro;
- Reunião da Comissão Municipal da gestão integrada de Fogos Rurais;
- Continuação da eliminação dos ninhos da vespa velutina (16 ninhos);
- Foram efetuadas algumas vistorias para recintos improvisados juntamente com o urbanismo;
- Distribuição, junto dos apicultores, do atrativo no combate á vespa velutina.

### 3.1.3-Urbanismo e Planeamento Urbano

- Reuniões sectoriais tendo em vista a operacionalização da revisão do Plano Diretor Municipal;
- Aprovação do Cadastro de Toponímia e número de polícia da Freguesia da Lageosa.

- Fase de acabamentos das obras da Frente Ribeirinha e do CTE a decorrerem dentro da possível normalidade tendo em conta o contexto atual na construção civil;
- Em realização a fase final das obras das Extensões de Saúde do Caramulo e de Canas de Stª Maria;

### **BUPI**

No dia 27 de abril, o Município de Tondela foi reconhecido pelos prémios BUPI, com o 3º lugar na categoria Produtividade, numa gala que reconheceu o desempenho dos melhores Municípios Portugueses.

O projeto Bupi, em desenvolvimento no nosso concelho, chegou aos meados do mês de junho com um total de 30.234 processos de RGG finalizados. Esta taxa de execução coloca o Município de Tondela, em 4º lugar no ranking nacional de Municípios, no que diz respeito aos RGG's finalizados, tendo subido um lugar relativamente à avaliação do mês de abril.

Foram realizadas diversas ações de sensibilização, tais como:

- Afixação de cartazes/panfletos nas localidades das várias freguesias percorridas neste período;
- Divulgação nas redes sociais.

### **3.2-Cultura e Associativismo**

- No âmbito do Caminho Português de Santiago Interior foi dado continuidade ao trabalho de certificação do caminho entre Coimbra e São Miguel de Outeiro, tendo Tondela o dossier importante da georeferenciação;
- Assembleia Geral da Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago, em Albergaria-a-Velha.

### **3.3-Património Cultural e Natural**

- Neste período procedeu-se ao encerramento das candidaturas da Festa das Cruzes e da Louça Preta de Molelos ao inventário nacional de património imaterial;
- Reunião de trabalho com vista à criação do Regulamento de funcionamento/disponibilização do Auditório Municipal";
- Participação em reunião com a direção regional de Cultura em ordem a implementar o projeto piloto Municipal de Cultura/Educação;
- Inauguração exposição "EXEMPLARIS" dedicada ao pintor Tondelense Pedro de Figueiredo, autor dos azulejos do átrio da Câmara Municipal;
- Realização da SOENGA

### **3.4-Turismo**

- Realização da Rota dos Moinhos, do Linho, de Santiago e das Caldas.
- Participação na apresentação da Carta Gastronómica da Região, promovida pela ADICES e realizada na Escola Profissional de Tondela.
- Participação no 78º Aniversário da EN2, no Sardoal
- Participação, em Idanha-a-velha, na entrega do Prémio 5 estrelas à Serra do Caramulo.
- Reunião de trabalho com vista a conformar a futura candidatura da requalificação do edifício das termas, dos requisitos da eficiência energética;
- Realçar, neste período, o registo de 948 turistas em Tondela e 1056 visitas guiadas ao Museu Terra de Besteiros.

### **3.5-Educação**

Neste período, foram levadas a cabo, várias iniciativas, nomeadamente:

- Visita dos finalistas do 4º ano do ensino básico ao Oceanário a Lisboa;
- Audições da Primavera de todos os anos do primeiro ciclo no âmbito das AEC's;
- Participação nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Tondela, Cândido de Figueiredo e Tomás Ribeiro;
- Apresentação da candidatura da requalificação da EB23 de Campo de Besteiros.
- Continuação das intervenções na Escola Secundária de Tondela;
- Participação no Festival do Video Escolar, acompanhando a turma finalista da Escola Secundária de Tondela, realizado em Viana do Castelo;
- Gravação do projeto "Som dos livros" (gravação e edição de episódios semanais);
- Acompanhamento permanente dos serviços de informática junto dos sistemas de informática das diferentes escolas;
- Presença na cerimónia de entrega do VI International Scholl Cartoon Festival;
- Final intermunicipal do concurso de ideias de negócio CIM-VDL com a atribuição do 2º e 3º lugar às Escolas Secundária e Profissional de Tondela, respetivamente.
- Entrega dos Prémios do Concurso de Fotografia – AET Ribeiro

### **3.6-Recursos Humanos**

- Admissão de assistentes operacionais para o estaleiro;
- Continuação dos procedimentos administrativos relativos aos concursos de Chefe de Divisão de Economia Finanças e de Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho;
- Reunião do Conselho Coordenador da Avaliação e uniformização das avaliações atribuídas pelos diferentes avaliadores;
- Conclusão do Plano de Ação do projeto +Partilha.

### **3.8-Ação Social e Saúde**

#### **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Tondela (PMIGNDT)**

- Realização de ações:

Colocação online do PMIGNGT , página da Câmara Municipal, separador ação social

#### **Relatório de execução atualizado**

Reunião da EIVL para análise e aprovação do relatório de execução a 14/06/2023

#### **Sistema de Gestão da Conciliação da Câmara Municipal de Tondela:**

- Procedimentos de continuidade no tratamento de informação;
- Preparação de novos documentos face à nova norma;
- Elaboração do questionário de avaliação da satisfação dos PI's a enviar aos trabalhadores através dos recibos de vencimento;
- Retificação do Plano de ação da avaliação dos Riscos Psicossociais;
- Reunião de continuidade com a XZ transição da norma, a 25/05/2023;
- Elaboração do relatório de revisão do sistema de gestão.
- Preparação dos procedimentos para a auditoria interna do mês de agosto;

#### **Visitas de trabalho na área da educação**

- Agrupamento de Escolas Cândido Figueiredo: 1 de junho
- Escola a Profissional de Tondela: 1 de junho

- Agrupamento de Escolas Tomaz Ribeiro: 14 de junho

→ Colaboração da Câmara Municipal de Tondela com a APPACDM Viseu na Campanha Pirlampo Mágico

→ Atendimentos no âmbito da psicologia (psicoeducação);

→ Atendimentos presenciais para informações generalistas de âmbito social;

→ Continuidade à preparação para o parto (área da Psicologia) em parceria com a UCCT;

→ Articulação de situações várias com o serviço de psicologia do agrupamento de escolas Cândido Figueiredo;

→ Procedimentos de emergência

### **Apoio à natalidade e adoção**

→ Atendimentos telefónicos de esclarecimento;

→ Elaboração de informações e informações de despesa-  
nº144-5.100€; nº145- 3.200€ para reunião de Câmara;

### **Eventos**

- realização da "Artesanatus" – 1º Domingo do mês

- Realização da Feira de antiguidades, velharias e colecionismo – 1º Domingo do mês

- Colaboração no programa "Portugal a Dançar"

- Colaboração na realização da "Soenga":

- Apoio logístico;
- Pedido e tratamento de orçamentos;
- Trabalho administrativo;
- Contactos diversos com participantes envolvidos no evento;
- Presença no decorrer do evento

- Realização das Marchas de Santo António:

- Acompanhamento nos ensaios gerais;
- Tratamento de todos os historiais;
- apoio às associações participantes;
- organização de toda a logística no espaço;

- Realização do Festival Primavera Tondela:

- Preparação de todo o evento;
- acompanhamento da sua realização

- Auditório – Gestão do espaço (marcação/apoio na realização de atividades de terceiros);

- Mercado Velho - Gestão do espaço marcação/apoio na realização de atividades de terceiros);

- "Mupis" – Gestão de espaços e colocação;

### **Outros**

→ Preenchimento de questionário do Observatório de Autarquias Familiarmente Responsáveis para candidatura ao Prémio "Autarquia + Familiarmente Responsável".

→ Reuniões individuais de trabalho entre a equipa do CRI- Viseu com os agrupamentos de Escolas e Escola Profissional de Tondela, para preparação de metodologia adequada ao preenchimento de questionários pelos pais, professores e pessoal não docente, com vista à construção de diagnóstico e consequente elaboração do plano de ação, no âmbito das dependências.

→ Reuniões individuais de trabalho entre a equipa do CRI- Viseu com os agrupamentos de Escolas e Escola Profissional de Tondela, para preparação de metodologia adequada ao preenchimento de questionários pelos pais, professores e pessoal não docente, com vista à construção de diagnóstico e consequente elaboração do plano de ação, no âmbito das dependências.

### **3.9-Desporto e Juventude**

Decorreu no Auditório Municipal de Tondela, no dia 22 de abril, o Seminário Qualidade de Vida, Exercício Físico, Saúde Psicológica e Conciliação da Vida Familiar e Profissional, organizado em conjunto pelos Serviços de Desporto e Ação Social.

Nos dias 6 e 7 de maio, no Caramulo, realizou-se o I OCR Police Challenge, este evento desportivo contou no dia 06 com um Meeting de especialistas da modalidade e no dia 07 com a prova desportiva que juntou cerca de 700 inscritos, que desfrutaram das belas paisagens do Caramulo.

O Pavilhão Municipal de Tondela, foi escolhido como palco para a Final da Taça Distrital de Futsal da Associação de Futebol de Viseu, que opôs as equipas do CD Cinfães e o Unidos da Estação, tendo a equipa de Cinfães saído vitoriosa. Este jogo realizou-se no dia 13 de maio e ficou também marcado pela homenagem ao Árbitro Nacional José Gomes, oriundo do concelho, que terminou a sua carreira de 15 anos na arbitragem ao mais alto nível.

No dia 14 de maio, realizou-se em Vila Chã de Sá a final da Taça de Prata da Associação de Futebol de Viseu, no escalão de sub-14 masculino. Este jogo, opôs as

equipas do Clube Atlético de Molelos e do Grupo Desportivo de Mangualde, tendo a vitória sorrído ao Molelos.

O Rugby Clube de Tondela, garantiu o acesso à Fase Final do Campeonato Nacional da Segunda Divisão, tendo jogado o jogo da final no Campo de Rugby do Jamor no dia 21 de maio. Também no fim de semana de 20 e 21 de maio, o Campo de Rugby de Molelinhos, foi palco do II Torneio Internacional Cidade de Tondela em Seven's Femininos.

O Município de Tondela foi reconhecido, pela 1ª vez, no dia 26 de maio, como Município Amigo da Juventude, tendo recebido das mãos do Presidente da FNAJ a Bandeira e o Selo de Adesão à Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, numa gala que decorreu no Centro Logístico de Pinhel.

O concelho de Tondela, fez-se representar pela Casa do Povo de Tonda e pelo Clube Desportivo de Tondela, no 1º Encontro de Walking Football da Associação de Futebol de Viseu. Este evento desportivo, que visa incentivar a prática desportiva acima dos 50 anos, foi realizado no dia 31 de maio em Viseu e reuniu cerca de 40 participantes.

No dia 08 de junho, o Pavilhão Municipal de Tondela recebeu as Finais da Taça Nacional de Basquetebol Séniores Femininos e Masculinos, destes jogos saíram vitoriosas as equipas do GD Gafanha e o SC Beira Mar Sub23, respetivamente.

Realizou-se entre os dias 08 e 11 de junho, nos Pavilhões Municipais do Caramulo, Campo de Besteiros e Tondela, o Encontro Nacional de Sub-16 Masculino. Esta competição que foi disputada por 16 equipas, das quais 15 eram de outros concelhos, culminou com a vitória do Futebol Clube do Porto.

Os Galfarritos, foram vencedores da Taça de Ouro da Associação de Futebol de Viseu, no escalão de sub 13 masculino, tendo disputado o jogo da final, contra os Pestinhas, no Estádio Nossa Senhora das Febres, em Carregal do Sal.

Junho marca também a abertura das candidaturas ao Programa Anual do Município "Saúde em Dia".

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela

---

- Fátima Carla Antunes Borges -



## SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

### 1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 16 de junho de 2023.

### 2. RECEITA

#### 2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2023 a 16-06-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECETA PREVISTA CORRIGIDA	RECETA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (45,75%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
CAP	DESIGNAÇÃO	1	2	(3)=[(2÷1)*100%	(4)=[3]-45,75%	5
	<b>Receitas Correntes</b>	<b>24 660 713,06</b>	<b>10 261 397,15 €</b>	<b>41,61%</b>	<b>-4,14%</b>	<b>51,61%</b>
01	IMPOSTOS DIRECTOS	5 955 901,77	2 448 976,24 €	41,12%	-4,63%	12,32%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	- €	-	-	-	-
04	TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	324 654,10	179 531,73 €	55,30%	9,55%	0,90%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 428 103,00	647 389,99 €	45,33%	-0,42%	3,26%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14 828 224,00	6 146 098,49 €	41,45%	-4,30%	30,91%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 905 830,19	821 995,49 €	43,13%	-2,62%	4,13%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	218 000,00	17 405,21 €	7,98%	-37,77%	0,09%
	<b>Receitas de Capital</b>	<b>25 461 679,82 €</b>	<b>9 621 010,50 €</b>	<b>37,79%</b>	<b>-7,97%</b>	<b>48,39%</b>
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	209 758,00 €	- €	0,00%	-45,75%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15 290 128,00 €	1 838 434,27 €	12,02%	-33,73%	9,25%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	2 206 000,00 €	- €	0,00%	-45,75%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00 €	8 885,41 €	88,85%	43,09%	0,04%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00 €	27 899,00 €	2789900,00%	2789854,25%	0,14%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7 745 791,82 €	7 745 791,82 €	100,00%	54,25%	38,96%
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>50 122 392,88</b>	<b>19 882 407,65</b>	<b>39,67%</b>	<b>-6,09%</b>	<b>100,00%</b>

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 39,67%, apresentando-se com um desvio negativo de aproximadamente 6%.

Analisando a estrutura da receita, e verificando-se já nesta fase a integração do saldo da gerência orçamental, verifica-se que as receitas correntes representam aproximadamente metade do valor da receita total cobrada, destacando-se, no entanto, claramente a rubrica do saldo da gerência anterior como aquela que apresenta maior peso em relação à receita total com uma percentagem de 38,96%. De destacar também o montante das transferências correntes cobradas, com um valor de 6 146 098,49 €.

A estrutura das receitas de capital apresenta um desvio negativo na ordem dos 8%, realçando-se o facto de já terem sido cobradas verbas referentes a transferências de capital no valor de 1 838 434,27€.



### 3. DESPESA

#### 3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2023 a 31-06-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (45,75%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=[(3)-45,75%]	(5)
<b>Despesas Correntes</b>		<b>25 469 398,43</b>	<b>8 773 523,97</b>	<b>34,45%</b>	<b>-11,30%</b>	<b>77,34%</b>
01	Despesas com Pessoal	10 978 077,00 €	3 589 128,01 €	32,69%	-13,06%	31,64%
02	Aquisição de Bens e Serviços	11 266 039,96 €	3 500 799,85 €	31,07%	-14,68%	30,86%
03	Juros Outros Encargos	49 490,00 €	31 535,05 €	63,72%	17,97%	0,28%
04	Transferências Correntes	3 073 107,47 €	1 619 276,30 €	52,69%	6,94%	14,27%
06	Outras Despesas Correntes	102 684,00 €	32 784,76 €	31,93%	-13,82%	0,29%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>24 652 994,45</b>	<b>2 570 537,20</b>	<b>10,43%</b>	<b>-35,32%</b>	<b>22,66%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	19 599 796,02 €	1 851 683,07 €	9,45%	-36,30%	16,32%
08	Transferências de Capital	4 312 300,43 €	501 313,81 €	11,63%	-34,12%	4,42%
09	Ativos Financeiros	18 094,00 €	- €	0,00%	-45,75%	-
10	Passivos Financeiros	721 303,00 €	217 540,32 €	30,16%	-15,58%	1,92%
11	Outras Despesas de Capital	1 501,00 €	- €	0,00%	-45,75%	-
<b>TOTAL</b>		<b>50 122 392,88</b>	<b>11 344 061,17</b>	<b>22,63%</b>	<b>-23,12%</b>	<b>100,00%</b>

Analisando o quadro síntese da execução orçamental da despesa, conclui-se que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 22,63%, com uma diferença, face ao desvio padrão de -23,12%.

Observando os dados apresentados, verifica-se que as despesas com o pessoal e as aquisições de bens e serviços, são as que continuam a representar maior peso na execução da despesa total (31,64% e 30,86%), apresentando nesta fase, taxas de execução de aproximadamente 33% e de 31%, respetivamente.

### 3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - COMPROMISSOS

Período 01-01-2023 a 30-06-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
<b>Despesas Correntes</b>		<b>25 469 398,43</b>	<b>24 465 826,83</b>	<b>96,06%</b>
01	Despesas com Pessoal	10 978 077,00 €	10 723 394,95 €	97,68%
02	Aquisição de Bens e Serviços	11 266 039,96 €	10 692 292,76 €	94,91%
03	Juros Outros Encargos	49 490,00 €	40 042,51 €	80,91%
04	Transferências Correntes	3 073 107,47 €	2 925 113,91 €	95,18%
06	Outras Despesas Correntes	102 684,00 €	84 982,70 €	82,76%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>24 652 994,45</b>	<b>10 387 496,34</b>	<b>42,13%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	19 599 796,02 €	6 863 080,88 €	35,02%
08	Transferências de Capital	4 312 300,43 €	2 785 023,85 €	64,58%
09	Ativos Financeiros	18 094,00 €	18 093,78 €	100,00%
10	Passivos Financeiros	721 303,00 €	721 297,83 €	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	1 501,00 €	- €	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>50 122 392,88</b>	<b>34 853 323,17</b>	<b>69,54%</b>

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, encontra-se comprometido cerca de 96% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução continua a situar-se na ordem dos 42%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução situa-se nos 69,54%, representando um valor total de compromissos assumidos de 34 853 323,17 €.

*Handwritten signature and initials*

### **3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, artigos aprovados na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2023, na reunião do dia 17 de dezembro de 2022, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos; ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Face ao anteriormente exposto, verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 16-04-2023 e 16-06-2023.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 16-04-2023 a 16-06-2023					
<i>(Ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal)</i>					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2024	2025	2026	2027	Seguintes
Fornecimento de material e produtos de limpeza e Higiene para os Agrupamentos das escolas ao abrigo da lei de transferência de competência da Educação - Higimarto, Lda	15 584,77 €				
Protocolo de apoio no âmbito do Rendimento Social de Inserção - Cooperativa Vários	23 750,04 €				
Fornecimento de gasóleo a granel - ao abrigo do acordo quadro A0 CPI 02/2020- Lote 2 - Alfabrent, Lda	14 114,87 €				
Fornecimento contínuo de consumíveis de higiene e limpeza para os edifícios municipais - Luso Higin, Lda	16 906,13 €				
Aquisição de Serviços Médicos, Técnicos e de Direção Clínica para o Desenvolvimento das Valências do Balneário da Unidade Termal das Caldas de Sangemil para o ano 2023/2024	118 178,70 €				
Aluguer anual da máquina da água - CULLIGAN PORTUGAL, S.A.	185,78 €				

#### 4. PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, determina que "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes".

Para efeitos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 83.º da mesma Lei, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação do Município de Tondela à data de 16-06-2023:

Relativamente ao período em questão, podemos constatar que o Município, não cumpre com a regra de equilíbrio na fase da previsão ou dotações corrigidas, mas que, no que concerne à fase de execução, cumpre com a regra de equilíbrio, apresentando uma margem face ao limite das despesas correntes de 1 032 026,72€.

RUBRICAS	ORÇAMENTO INICIAL		EXECUÇÃO ATUAL
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	
Receita Corrente	24 660 713,06 €	24 660 713,06 €	10 261 397,15 €
Despesa Corrente	23 978 848,63 €	25 469 398,43 €	8 773 523,97 €
Média Amort. Empréstimo - Atual	455 846,46 €	455 846,46 €	455 846 46 €
	226 017,97 €	-1 264 531,83 €	1 032 026,72 €

## CONCLUSÃO

Estando temporalmente situados no final do primeiro semestre do ano económico de 2023, considerando a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, face à periodicidade de algumas receitas e despesas, pode-se concluir que o indicador da receita se encontra ligeiramente abaixo do valor padrão, com um valor negativo de 6%. No que diz respeito ao indicador da despesa, este apresenta um desvio mais significativo, com um desvio de aproximadamente 23%. Relativamente aos compromissos assumidos, constata-se que estes se encontram na casa dos 70% face aos valores da previsão corrigida.

Tondela, 16 de junho de 2023

A Divisão de Economia e Finanças,

Assinado por: **TIAGO ANDRÉ TAVARES RODRIGUES**  
Num. de Identificação: 12270783  
Data: 2023.06.19 16:02:04+01'00'





Exmo. Senhor,  
Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,  
Senhora Presidente da Câmara Municipal,  
Senhores Deputados Municipais,  
Senhores Vereadores,  
Comunicação Social  
Público presente e a acompanhar online,

Começo a minha intervenção por agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, a receção desta Assembleia, num espaço tão acolhedor e numa localidade tão bonita como é São João do Monte.

Após ler o relatório de atividades e ouvir com atenção as inúmeras ações que a senhora Presidente nos apresentou aqui hoje, mas também enquanto cidadão residente no concelho, não pude deixar de reter alguns dados importantes para um concelho.

- Desde as **limpezas das vias** nas diferentes freguesias;
- As **manutenções das escolas** que depois da descentralização parece que surgiram como se as escolas já não tivessem manutenções há anos – e não tinham!
- As **reuniões constantes** com as Juntas de Freguesia, com o movimento associativo e demais entidades oficiais;
- Os vários **protocolos** celebrados;
- Selo **Município Amigo da Juventude**, atribuído pela primeira vez;
- Várias atividades desportivas de relevo nacional

Gostava também de destacar o **Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação** ou, numa fase mais avançada, a construção do **Plano Estratégico Educativo Municipal**, que pretende ser implementado já em setembro

próximo, sendo um documento essencial para definir um rumo claro e objetivo entre todos os parceiros educativos no nosso território.

A nível cultural, o recente **Festival Primavera Tondela** permitiu-nos ter acesso a manifestações de arte urbana pelas ruas da cidade, com o comércio local fora de horas e eu destacava acima de tudo as pessoas que se juntaram e deram vida a várias praças e jardins da nossa cidade, com várias manifestações espontâneas. É caso para dizer que talvez tenha ficado uma pequena semente em seara fértil para germinar.

***E já que estamos a falar desta matéria aproveito a questionar a Sr.ª Presidente sobre o ponto de situação da candidatura aos Bairros Comerciais Digitais?***

Ainda do ponto de vista cultural, a bancada do PSD não pode deixar de congratular as candidaturas da secular **Festa das Cruzes** e do **Barro Negro de Molelos** ao *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, acreditando que essa possa ser não apenas uma forma de reforçar o valor destas iniciativas, mas também uma porta aberta para eventuais ganhos com uma maior responsabilização que todos passamos a ter.

As **Marchas de Santo António** que continuam a trazer uma verdadeira multidão a Tondela, para além de envolver o tecido associativo que de alguma maneira precisa de ser espicaçado a ganhar um novo fôlego pós covid – e parece-me que este projeto tem essa capacidade.

Gostava de saudar todo o executivo pela unanimidade na aprovação dos **Autos de Transferências de Competências** na reunião do executivo municipal, acreditando que esta será também uma ferramenta que permitirá aos Srs Presidentes de Junta poderem antecipar-se e programar um trabalho mais profícuo e de proximidade nas suas áreas de influência, com uma melhor antecipação das respetivas verbas.

*Estou a falar de trabalhos de gestão e manutenção de espaços verdes; limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do*

*primeiro ciclo do ensino básico e pela manutenção dos espaços envolventes a estes estabelecimentos escolares*

E já que estamos a falar de transferência de competência e encontrando-se o ano letivo a chegar ao fim, aproveitada a oportunidade para questionar a Sr<sup>a</sup> Presidente se já nos é possível fazer um balanço daquilo que foi este primeiro ano.

Bem sei, que o dia a dia no trabalho de gestão de recursos – ao nível das escolas - juntamente com os senhores diretores, é um desafio inquietante tanto para o Sr. Vereador da Educação, como para a Sr<sup>a</sup> Presidente.

***Mas a minha questão pretende ir mais longe, gostava de perceber, por exemplo, em que medida a tutela cumpriu já com a transferência das verbas correspondentes ao défice verificado em 2022? E para 2023, como foram reajustadas as verbas?***

Ainda na Educação e porque nem todos tiveram o privilégio de estar ontem na ACERT, gostava de salientar o investimento feito nas Atividades de Enriquecimento Curricular e que nas últimas duas noites brindou os encarregados de educação com um espetáculo único no grande palco da ACERT. De resto, já em maio tínhamos assistido a 4 dias de espetáculo únicos, reveladores de um claro investimento na diferenciação estratégica e pedagógica nas nossas escolas do 1<sup>o</sup> ciclo. Também recentemente o Sr. Vereador da Educação teve o privilégio de se deslocar a Lisboa com os Finalistas do 4<sup>o</sup> ano, que usufruíram de uma visita de estudo oferecida pelo Município.

A propósito, era habitual esta deslocação a Lisboa ser feita de comboio. Este ano, pelas razões que todos conhecemos, não houve comboio para ninguém.

Sr<sup>a</sup> Presidente, sendo um meio essencial para ligar o interior do país ao litoral, questiono se tem informações para além daquelas promessas que são conhecidas de todos mas que, do ponto de vista factual, apenas conhecemos os vários meses de derrapagem nas datas de inauguração da nova linha.





Não me quero prolongar mais. Termino questionando o ponto de situação das obras de:

- Loja de Cidadão
- Frente Ribeirinha
- Centro Tecnológico

Obrigado.

(Márcio Santos)

Assembleia Municipal de 28/06/2023;

São João do Monte;

Cumprimentos,

Neste ponto da ordem do dia, referente à votação das transferências de recursos para as freguesias / uniões de freguesias, a Bancada parlamentar do PSD irá votar favoravelmente.

Importa, para que todos percebamos melhor, fazer uma contextualização cronológica.

Com a lei 75/2013, os apoios às freguesias passaram a ser feitos através dos designados acordos de execução, apoios em que foram definidos e estabelecidos critérios específicos, nomeadamente no que toca à educação, ao setor social, à manutenção e gestão das vias e espaços escolares, entre outros.

Em 2021, o executivo em funções, assume o compromisso político de reforçar em 10% a verba financeira, aquando a transferência de recursos para as freguesias, mas em 2022, sem ainda a transferência de recursos realizada, o Município assume esse reforço nos protocolos anuais para com as freguesias.

Hoje, a verba financeira a atribuir, é a definida no protocolo anual de 2022, no qual se encontra incluído o reforço de 10%, tornando-se uma maior valia financeira para as freguesias.

Considerando que transferir competências para as freguesias, mais concretamente as que se referem à gestão e manutenção de espaços verdes, à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico como também a respetiva manutenção dos espaços envolventes, **é reforçar a proximidade de resposta e estar mais próximo das pessoas e mais concretamente dos seus anseios.**

Considerando que, sendo estas verbas transferidas diretamente do orçamento de estado para as freguesias, como também um desafio económico e político para as freguesias, **o município manterá todo o apoio institucional para com as freguesias.**

Considerando a **disponibilidade assumida pelas assembleias de freguesias em receber estas transferências;**

O PSD, como já referi, irá votar favoravelmente, colocando-se ao lado das pessoas e das instituições locais.

Guilherme Duarte





## Assembleia Municipal de Tondela

Em primeiro lugar gostaria de saudar o Senhor Presidente da AM  
 E na sua pessoa os restantes membros da mesa  
 A Senhora Presidente da CMT e na sua pessoa todos os membros do executivo  
 aqui presentes,  
 Os Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta  
 Não podia deixar de também saudar a distinta funcionária da CMT Isabel  
 Estrela  
 Senhores membros do Orgão de comunicação social  
 Meus Sr.s e minhas Sr.as

Em data de 23 de Setembro de 2022, a nossa intervenção nesta Assembleia  
 versou sobre o dever do Executivo camarário, na salvaguarda do património  
 que é de todos, nomeadamente sobre a Central hidroeléctrica dos Pisões,

Posteriormente solicitámos à Junta de Freguesia qual a sua atuação em relação  
 ao mesmo assunto. Resposta que obtivemos na última Assembleia de Freguesia  
 em .

“No âmbito destes contactos o Município de Tondela reiterou o interesse em  
 criar um centro interpretativo/polo museológico no edifício da antiga Central  
 dos Pisões, sendo que para tal o acesso ao edifício por parte do público e para o  
 fim pretendido tinha que ser possível, matéria que tinha que ser assegurada  
 pela ARH Centro e espelhada no Protocolo de Transferência da propriedade,  
 matéria que até ao momento ainda não foi ultrapassada.” Fim de citação

Ora, não querendo ser desagradável, isto parece-nos, aquilo que o povo chama,  
 “empurrar com a barriga”, se não vejamos:

O Artigo 2 da Lei n.º 75/2013, estabelece que nas atribuições das autarquias  
 locais, compete nomeadamente , a promoção e salvaguarda dos interesses  
 próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no  
 n.º 1 e 2 do artigo 23. da presente lei.

Passo a citar :

“1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos  
 interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as  
 freguesias.

2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes  
 domínios:

e) Património, cultura e ciência;

n) Ordenamento do território e urbanismo;”, fim de citação.

Também a lei n.º 29/87, de 30 de Junho que estabelece o ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS, no seu Artigo 4, define que, passo a citar “No exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios:

a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:

ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;

iii) Actuar com justiça e imparcialidade;” fim de citação.

Nos termos conjugados dos arts. 22.º da Constituição da República Portuguesa, 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 48051, de 21 de Novembro de 1967, 366.º do Código Administrativo (CA), e 90.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março (Lei das Autarquias Locais – LAL), as autarquias são civilmente responsáveis perante terceiros pelas ofensas dos direitos destes ou das disposições legais destinadas a proteger os seus interesses, resultantes de actos ou omissões dos seus órgãos, funcionários ou agentes, no exercício das suas funções e por causa desse exercício.

Ora, constituindo atribuição das Câmaras Municipais a conservação das estradas e caminhos municipais (art. 2.º da Lei n.º 2110, de 19 de Agosto de 1961), cabe-lhe, através dos seus serviços, promover diligentemente a conservação de tal património (art. 51.º, n.º 4, da referida LAL), nos termos dos princípios e regras legais, regulamentares, de ordem técnica e de prudência comum (art. 6.º do Decreto-Lei n.º 48051).

Ora parece-nos que é da competência, mesmo não sendo exclusiva do Município, zelar pela salvaguarda da coisa pública, nomeadamente as vias de comunicação e o património cultural da sua zona de administração.

Contrariamente ao que alguns pensam e de forma a demonstrar que o caminho que dividia 2 quintas, e que dava acesso à Central hidroeléctrica dos Pisões é uma via pública, gostaríamos de partilhar convosco algumas imagens que ilustram bem o que se tem passado como esta via de comunicação que desde tempos remotos serviu de passagem entre Nandufe –Tondela e Valverde, atravessando mesmo o leito do rio em poldras ou passadouros, sem ter que molhar os pés. Além do acesso à Central, pois foi por ele que foram transportadas as pesada máquina a vapor e posteriormente as turbinas para produção eléctrica, os Cesteiros passavam com os seus molhos de cestas às costas e as peixeiras iam buscar as caixas de peixe à Estação.

Como podemos ver neste extrato de uma carta militar de 1949 desenhada à mão, o dito caminho começa junto à Escola primária de Nandufe e atravessa o rio pelas poldras, indo até Valverde e à Quinta do Batureu.

No extrato da carta militar de 1992, já só aparece até à Central hidroelétrica, mas as poldras continuam no sítio como podemos ver mais adiante.

No ano 2000, uma cheia destruiu parte do canal que levava a água até às turbinas, e deixou intransitável o caminho. Sabem quem fez as reparações que se impunham? A CMT!

Como podemos verificar nesta foto de 2010 o caminho de carro, estava transitável.

E nesta de 2015, o pontão e as poldras ainda se encontravam preservadas e no devido lugar.

Já em 2018 o caminho tinha sido fechado com um portão e lavrado, como podemos constatar.

Em 2021, era este o estado daquilo que em tempos foi um caminho, um jardim e um edifício histórico do nosso Concelho, tendo também desaparecida as poldras.

Vejamos só a diferença entre 2010 e 2021.

Por conseguinte, Sra. Presidente da Câmara, pensamos que a argumentação apresentada, de que depende da ARH Centro a resolução do problema para tomada de posse do referido imóvel, cai por terra, pois a ARH tem como incumbência as linhas de água e não os caminhos públicos, isso é da competência e da responsabilidade do Município.

Independentemente da APA nos ter informado que já tinha sido feita a delimitação do caminho e do terreno, a Senhora presidente continua a deixar arrastar o problema, arriscando que as populações percam uma parte do seu importante património arqueológico e industrial.

Pelo exposto, solicitamos ao executivo e especialmente à Senhora Presidente que nos informe sobre o estado do processo, e se o Município pretende ou não accionar todos os meios à sua disposição para celebrar o dito Protocolo de Transferência da propriedade, executando como estipula a lei, os seus deveres e responsabilidades, no mais curto espaço de tempo, evitando assim uma perda inestimável do nosso património, aproveitando ainda as medidas orçamentais em vigor,

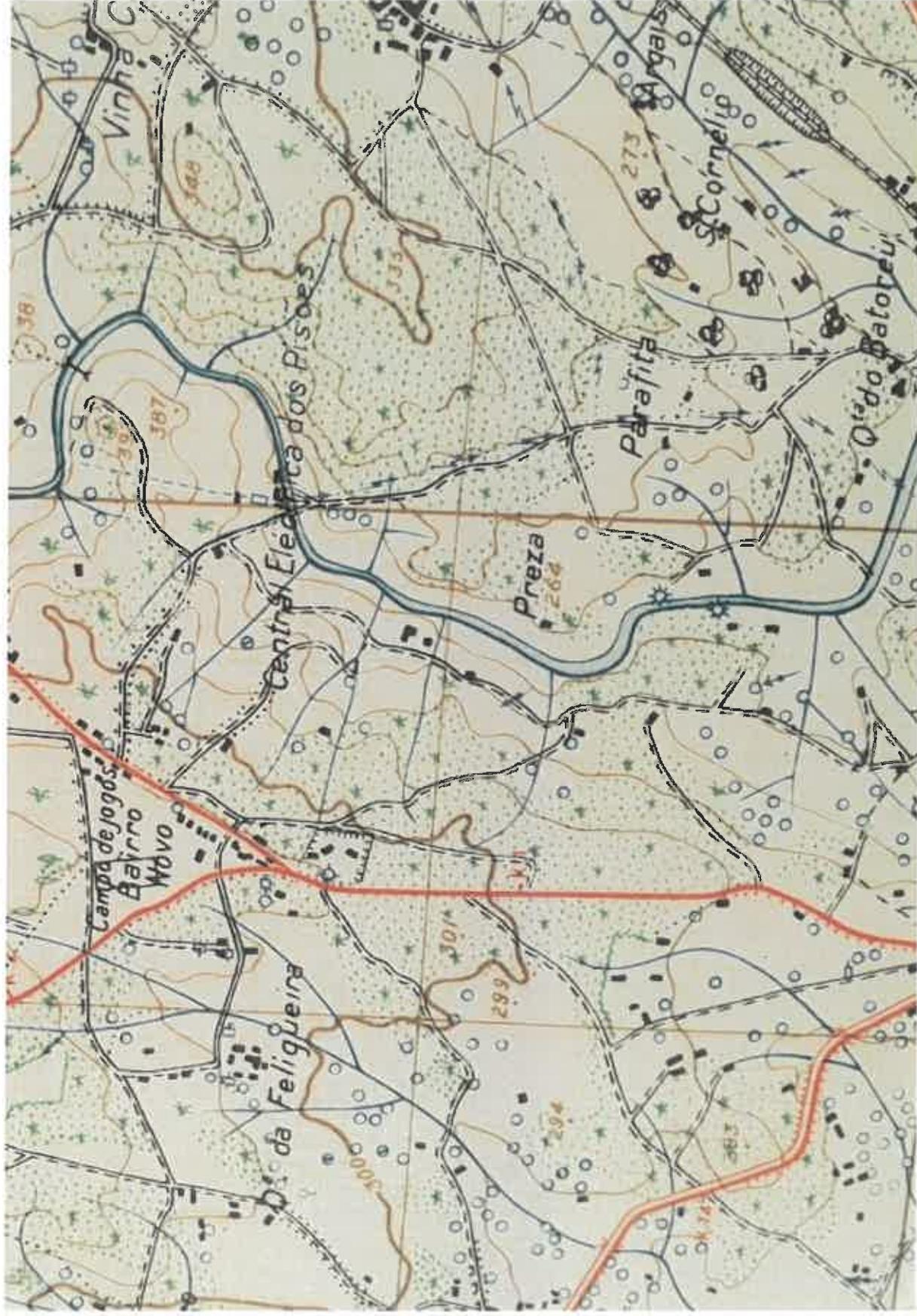
Tondela, 28 de junho de 2023

José Anatónio Coimbra de Matos

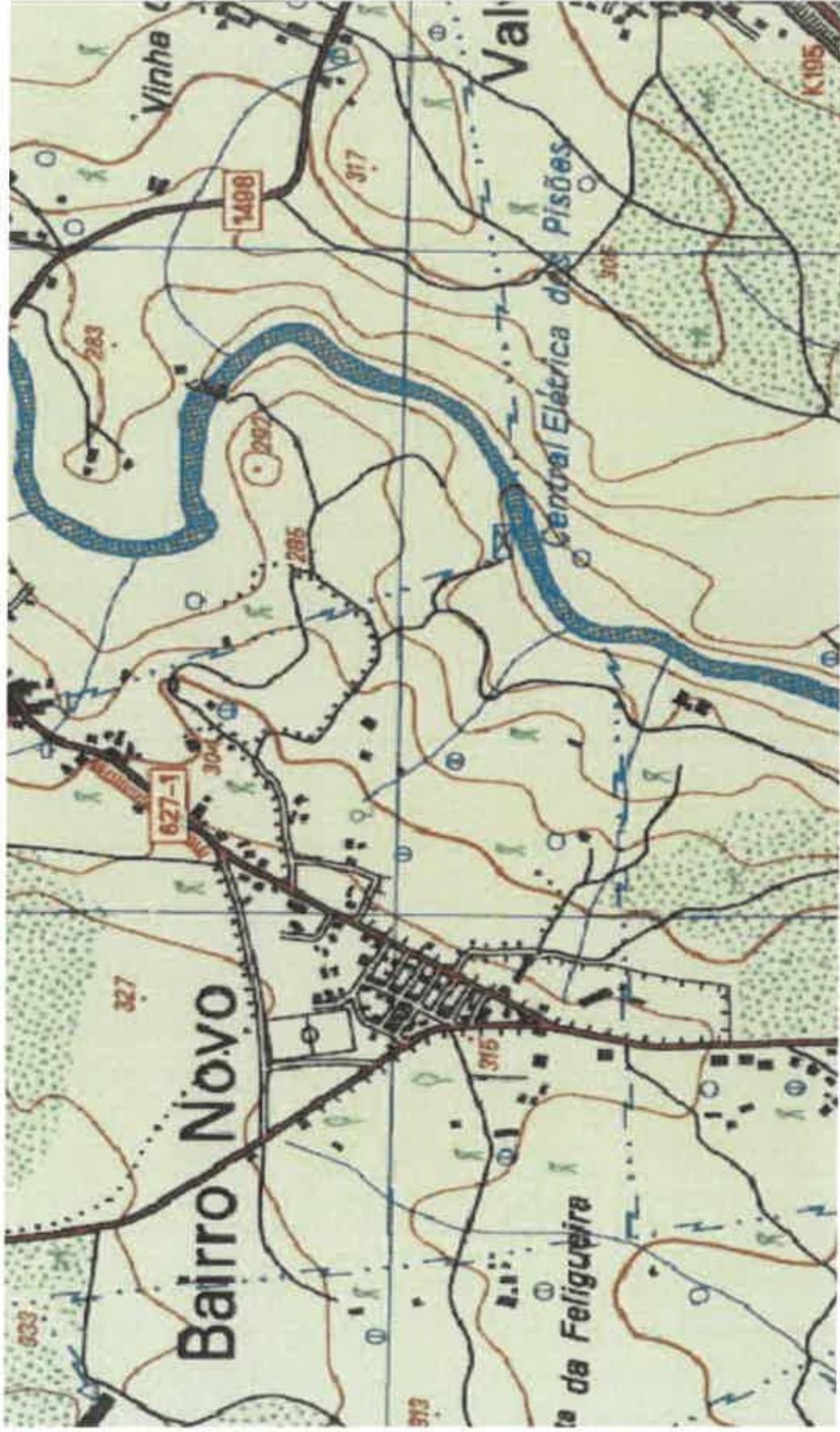
Os deputados municipais do Partido Socialista

**Caminhos de acesso à  
Central hidroelétrica dos  
Pisões - Nandufe  
1949 -2021**

# Carta militar de 1949



# Carta militar de 1992

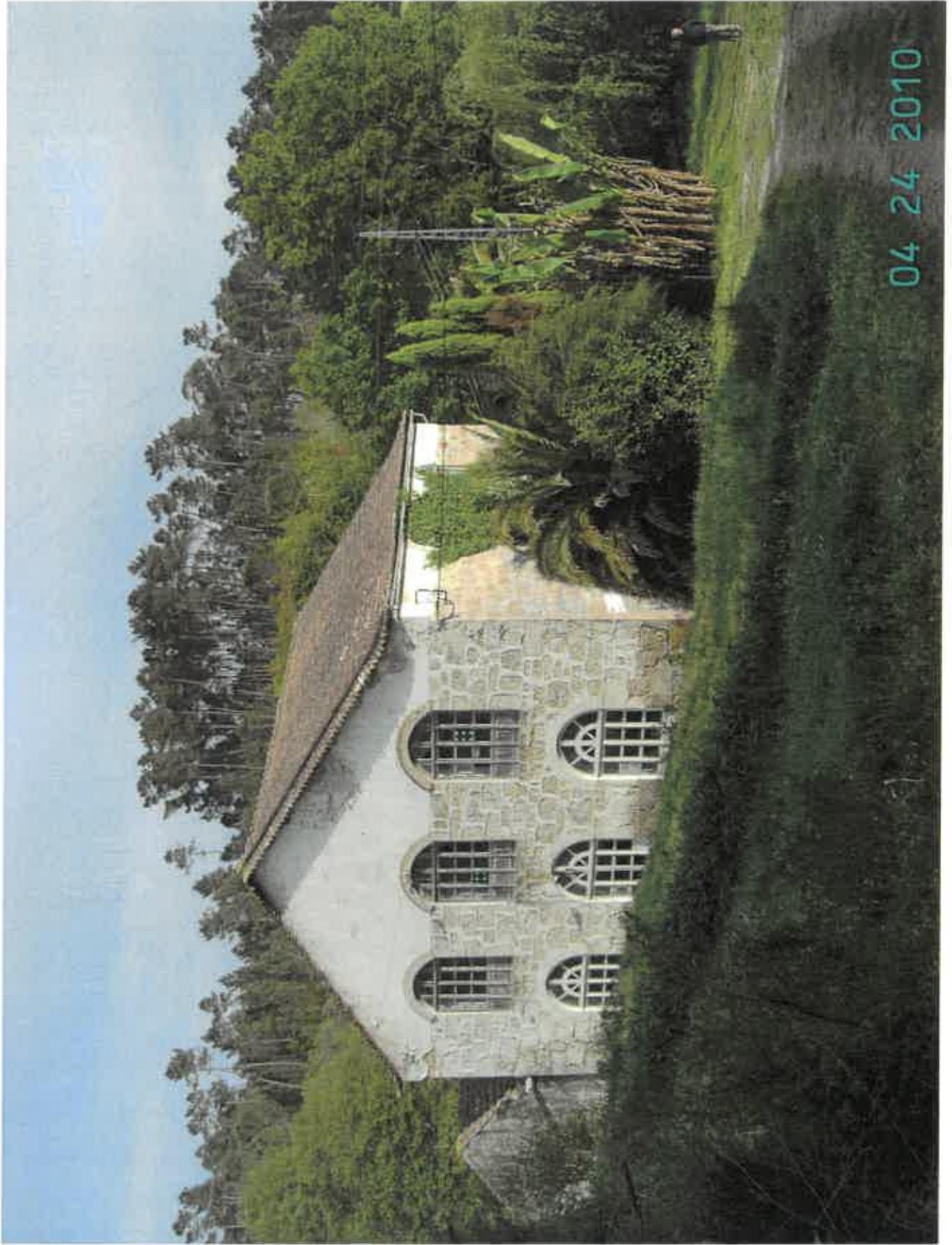


*[Handwritten signature]*

# Cheias de 2000



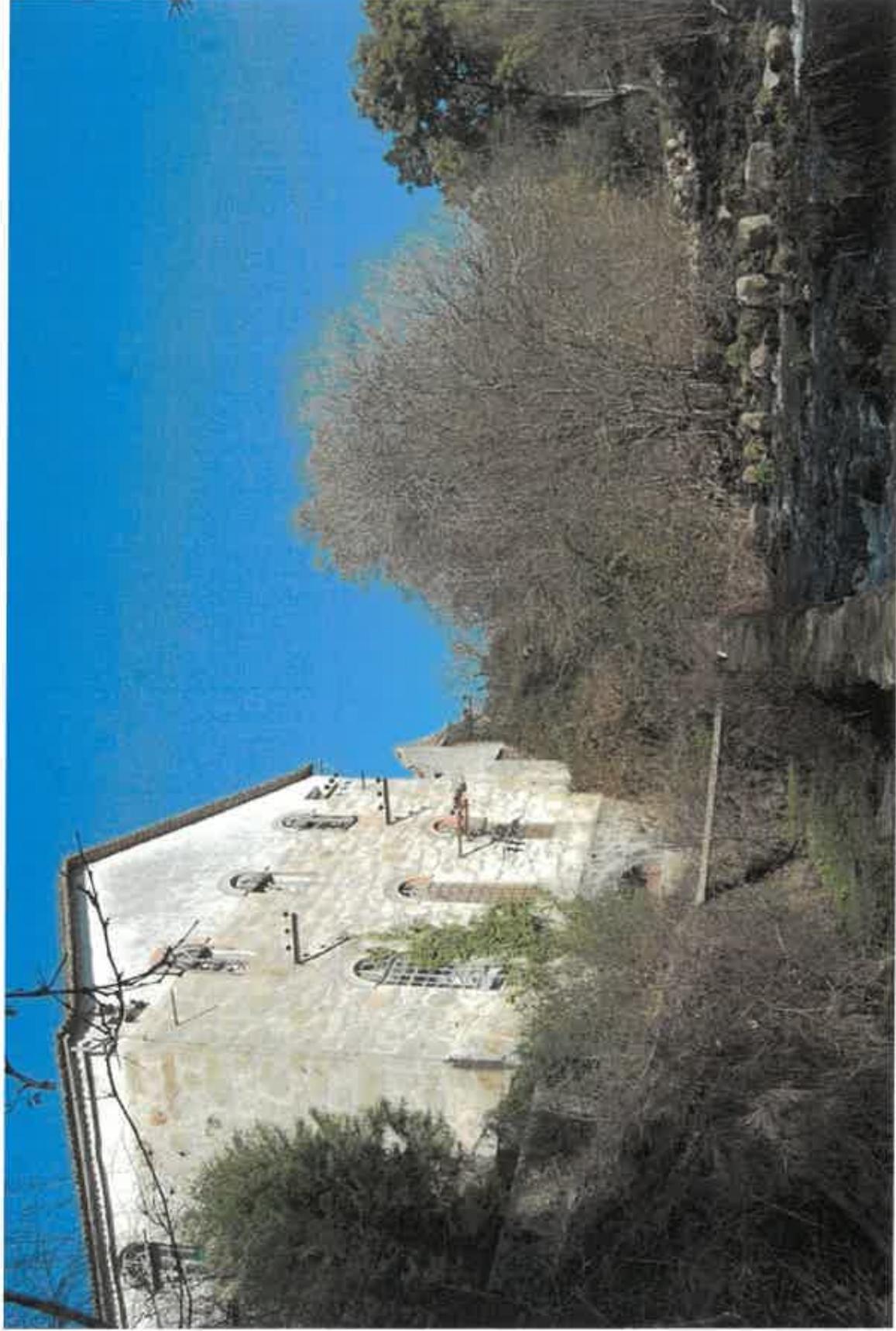
*Dis*  
*4*



04 24 2010

*[Handwritten signature]*

2015



*Handwritten signature*

2018



Handwritten signature or mark.

2021



*Handwritten signature*



2010



2021

Handwritten signature or initials in blue ink.